



Relatório Anual Exercício de 2017

Versão Resumida



Sumário

MENSAGEM DA DIRETORIA.....	4	5.2.3.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	29
1 COMPORTAMENTO ECONÔMICO	5	5.2.4 Controle de Avaliação de Riscos	30
2 ATIVO TOTAL SOB GESTÃO DA SÃO FRANCISCO	6	5.2.5 Operações Cursadas	31
3 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	7	5.2.6 Acompanhamento Orçamentário	32
4 PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD	9	5.2.7 Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano - Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013:	33
4.1 PREVIDENCIAL	9	5.3 CONTÁBIL	33
4.1.1 Receitas Previdenciárias	12	6 PLANO DE BENEFÍCIOS III – SALDADO	33
4.1.2 Despesas Previdenciárias	15	6.1 INVESTIMENTO	33
4.2 INVESTIMENTO	16	6.1.1 Enquadramento – Política de Investimento	34
4.2.1 Performance do Plano I – BD – Descontada da Meta Atuarial (de 1994 a 2017)	16	6.1.2 Rentabilidade	34
4.2.2 Enquadramento – Política de Investimento	18	6.1.3 Detalhamento Por Segmento	35
4.2.3 Rentabilidade	18	6.1.3.1 RENDA FIXA	35
4.2.3.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA	19	6.1.3.2 RENDA VARIÁVEL	35
4.2.3.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	19	6.1.3.3 INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	36
4.2.3.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20	6.1.3.4 IMÓVEIS	36
4.2.3.4 SEGMENTO DE IMÓVEIS	20	6.1.3.5 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS	37
4.2.3.5 SEGMENTO DE OPERAÇÕES ESC/PARTICIPANTES	20	6.1.4 Controle de Avaliação de Riscos	37
4.2.4 Controle de Avaliação de Riscos	20	6.1.5 Operações Cursadas no Exercício de 2017	38
4.2.5 Operações Cursadas no Exercício de 2017:	21	6.1.6 Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano - Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013:	38
4.2.6 Acompanhamento Orçamentário:	22	6.2 CONTÁBIL	39
4.2.7 Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano - Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013:	24	7 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	39
4.3 CONTÁBIL	24	7.1 ADMINISTRAÇÃO	39
5 PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV	25	7.1.1 Aspectos Gerais da Gestão	39
5.1 PREVIDENCIAL	25	7.2 CONTÁBIL	42
5.1.1 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E INSTITUTOS (CODEPREV)	27	7.2.1 Custeio	43
5.2 INVESTIMENTO	27	7.3 Gestão de Investimentos	44
5.2.1 Performance do CODEPREV - Descontada da Taxa Indicativa - 2014 a 2017	27		
5.2.2 Enquadramento – Política de Investimento	28		
5.2.3 Rentabilidade	29		
5.2.3.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA	29		
5.2.3.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	29		

Mensagem aos participantes

É com satisfação que a Diretoria da Fundação São Francisco encerra o ano de 2017 com a conclusão do saldamento dos Benefícios do Plano I, encerrado em 30 de novembro de 2017. Tratou-se de uma operação complexa que demorou três anos para ser autorizada - de 22/10/2014, quando a proposta foi encaminhada à Patrocinadora CODEVASF, à 25/09/2017, data de edição da Portaria nº 929 da PREVIC, que autorizou o saldamento.

Ressalte-se que esta Diretoria, durante esses três anos de tramitação do processo manteve sua convicção de que o saldamento era a alternativa a ser alcançada para resolver o problema de custeio elevado do Plano, posição essa em que se manteve firme, mesmo diante de várias outras demandas dos participantes e do sindicato.

No entanto, após a autorização, surgiu outro grande desafio para a SÃO FRANCISCO, que seria concluir a operação entre 30 de setembro de 2017, "Data de Cálculo", conforme define a legislação, até 30 de novembro, data de encerramento da operação estabelecida pelo Conselho Deliberativo. Esse prazo era muito curto considerando a necessidade que se tinha de oferecer a opção de saldamento aos 1.200 participantes ativos e assistidos do Plano, distribuídos por todo o território nacional. Esta missão necessitava de um planejamento adequado que proporcionasse,

além do processo de divulgação, para que houvesse o entendimento das opções oferecidas, também a busca pela opção de todos os nossos participantes ativos e assistidos do Plano I através da assinatura do Termo de Transação ou Declaração de Permanência assinados até 30/11.

Essa data de 30/novembro foi objeto de extensa discussão entre a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo e pesaram na decisão de encurtar o prazo da operação no limite, a necessidade de se aliviar o quanto antes os participantes das elevadas contribuições, em especial os participantes ativos. Outro aspecto importante que permitiu esta decisão foi a possibilidade de se utilizar o sistema de videoconferências da Patrocinadora CODEVASF. Esta tecnologia foi fator determinante na agilidade das apresentações do saldamento para os empregados participantes, lotados nas várias unidades regionais da Patrocinadora.

Por fim, o saldamento foi concluído com êxito, dentro do prazo e também de acordo com a expectativa de opções, ou seja, de que a totalidade dos ativos optaria pelo Plano Saldado e de que totalidade dos assistidos, ao contrário, optaria por permanecer no Plano I. Vale registrar, que o sucesso do saldamento e o cumprimento do curtíssimo prazo para finalizá-lo só foram possíveis graças ao

empenho e à dedicação não só dos colaboradores da SÃO FRANCISCO como também das várias unidades da Patrocinadora, em especial as de benefícios e de gestão de pessoas, que tiveram atuação destacada durante toda a execução dos procedimentos, atendendo aos participantes em suas dúvidas variadas e esclarecendo-os para que pudessem efetuar sua opção com segurança. Outro fator igualmente importante foi a disponibilização do sistema de videoconferência pela Patrocinadora, sem o que seria praticamente inviável o atendimento do prazo estabelecido pelo Conselho.

Cabe ressaltar ainda que na posição de 31/12/2017, os Planos I e III apresentaram resultado deficitário. No entanto, nas demonstrações atuariais do Plano I, consta que o Plano seria reavaliado extraordinariamente na posição de 31/3/2018. Assim o atuário efetuou essa reavaliação do Plano I, que foi estendida também ao Plano III, pois o mesmo surgiu de uma cisão do Plano I. Nessas reavaliações, na posição de 31/3/2018, o Plano I apresentou uma melhora no resultado, passando de um déficit técnico de R\$ 14,386 milhões para um déficit de R\$ 483 mil. Já o Plano III, passou de déficit de R\$ 8,893 milhões para um superávit de R\$ 4,315 milhões.

Ao longo deste relatório você terá acesso, não só as informações referentes ao saldamento dos planos, mas também, os dados e resultados referentes aos exercícios de 2017. Destacamos que está disponível em nosso site a versão completa deste relatório.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Diretoria Executiva



1. Comportamento Econômico e Variáveis Macroeconômicas

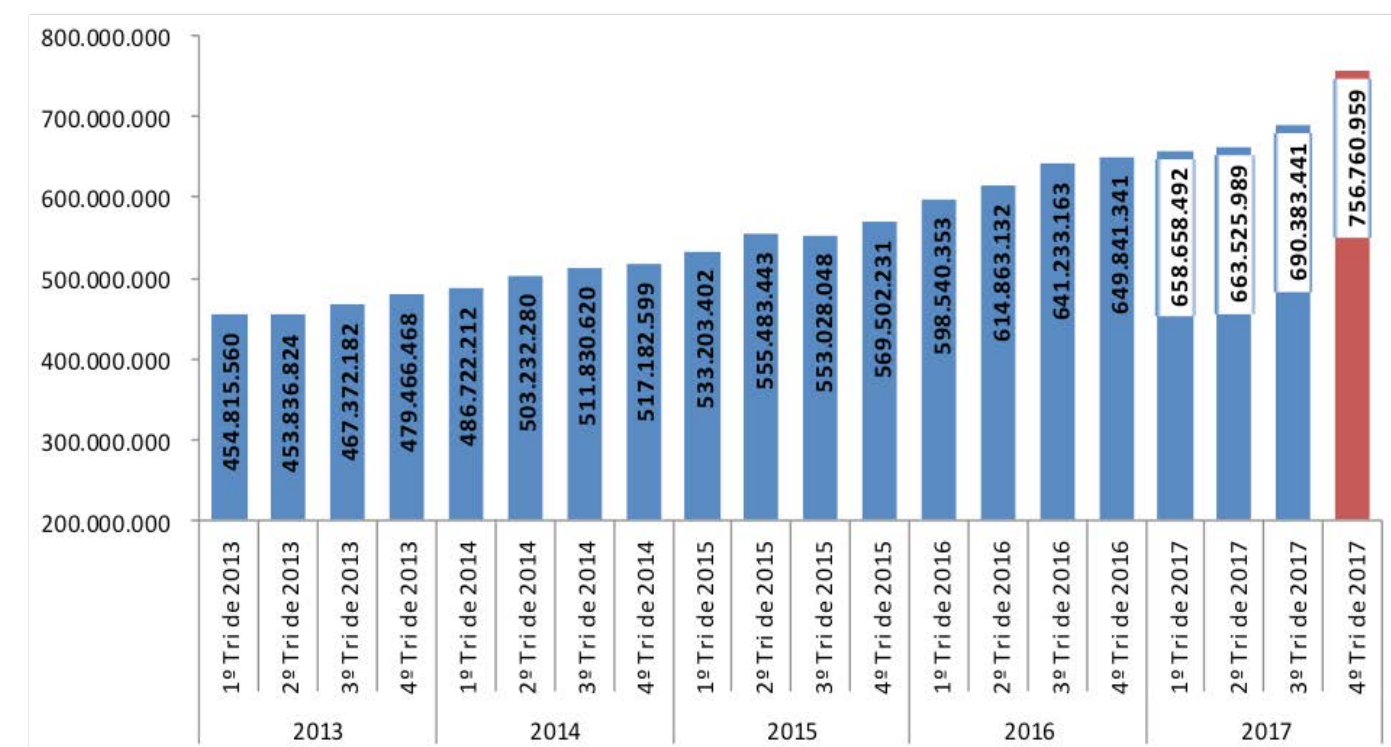
A despeito dos sinais de recuperação nitidamente observados pelos agentes econômicos, em 2017 a agenda macro do Governo Federal não conseguiu se desvencilhar da dependência do Poder Legislativo. Porém, findo o exercício de 2017, apesar de todas as turbulências políticas que marcaram as questões envolvendo o Poder Executivo e o Congresso Nacional, o Brasil, apesar de tímido, foi marcado pela retomada do crescimento econômico.

Segundo o Banco Central, a economia brasileira completou o exercício de 2017 apresentando crescimento, algo que não ocorria desde 2013. A previsão oficial do BACEN para atividade doméstica em 2017 é de avanço de 1,04%. Para 2018, estima-se um crescimento de 2,60%. Ademais, houve em 2017 uma agenda positiva: Reforma Trabalhista, PEC do teto e melhor governança nas empresas públicas (Petrobrás, Caixa, BB, etc.), que permitiu a queda dos juros e da inflação.

Na versão completa de nosso relatório você pode consultar vários gráficos de indicadores econômicos.

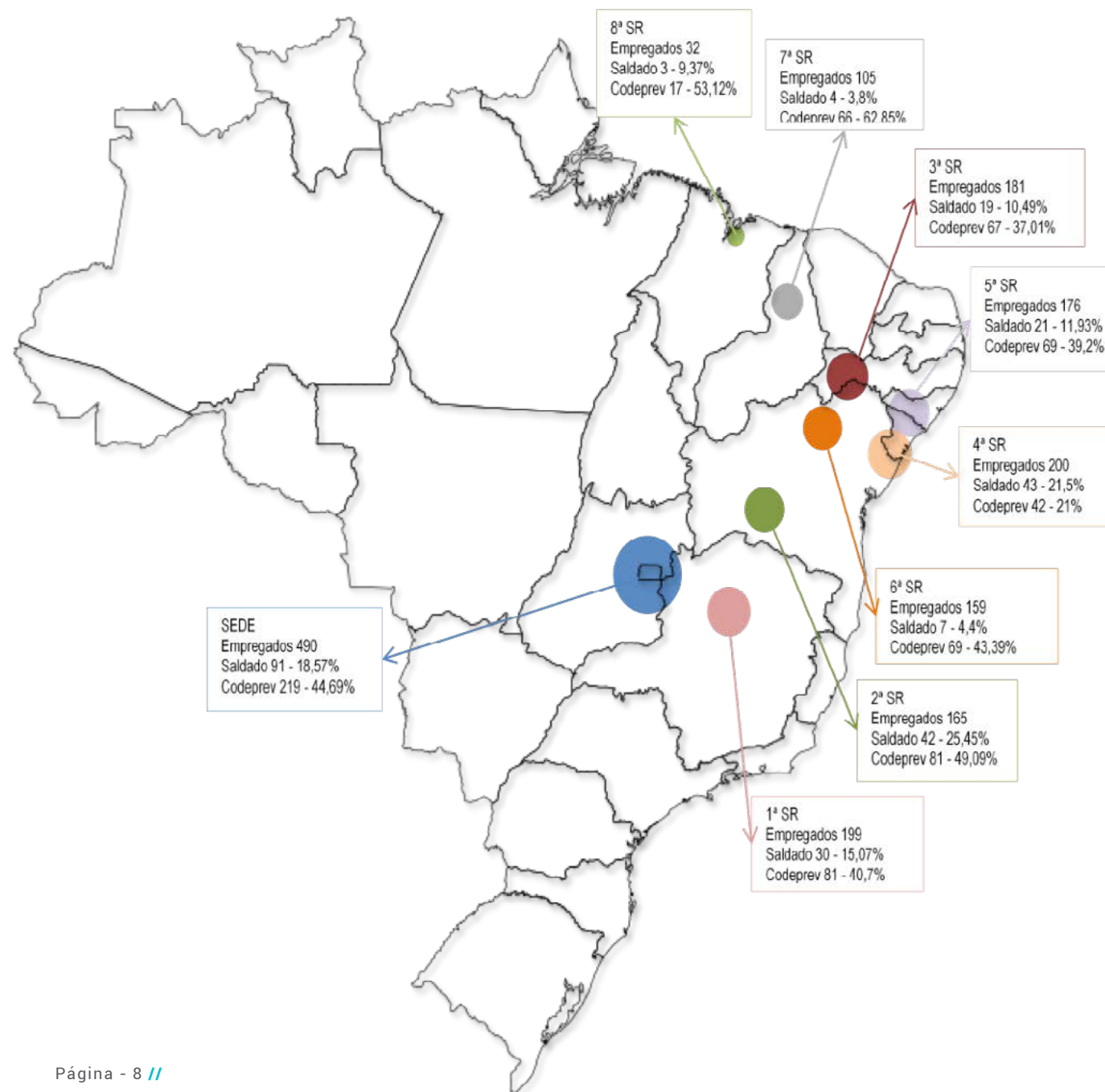
2. Ativo Total sob Gestão da São Francisco

EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL

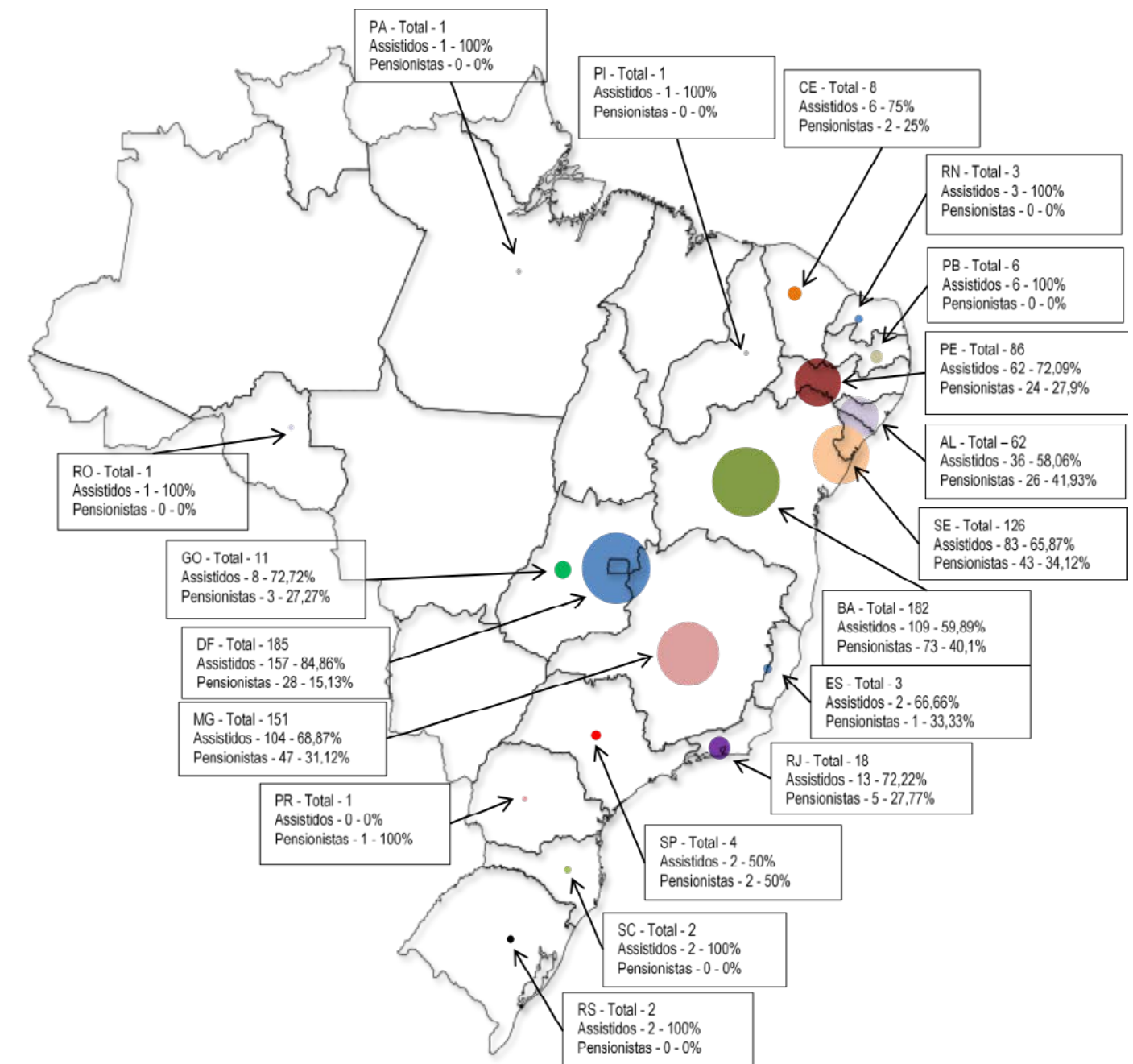


3. Distribuição Geográfica de Participantes e Assistidos

PARTICIPANTES POR LOCALIDADE



ASSISTIDOS POR LOCALIDADE



4. Plano de Benefícios I – Benefício Definido – BD

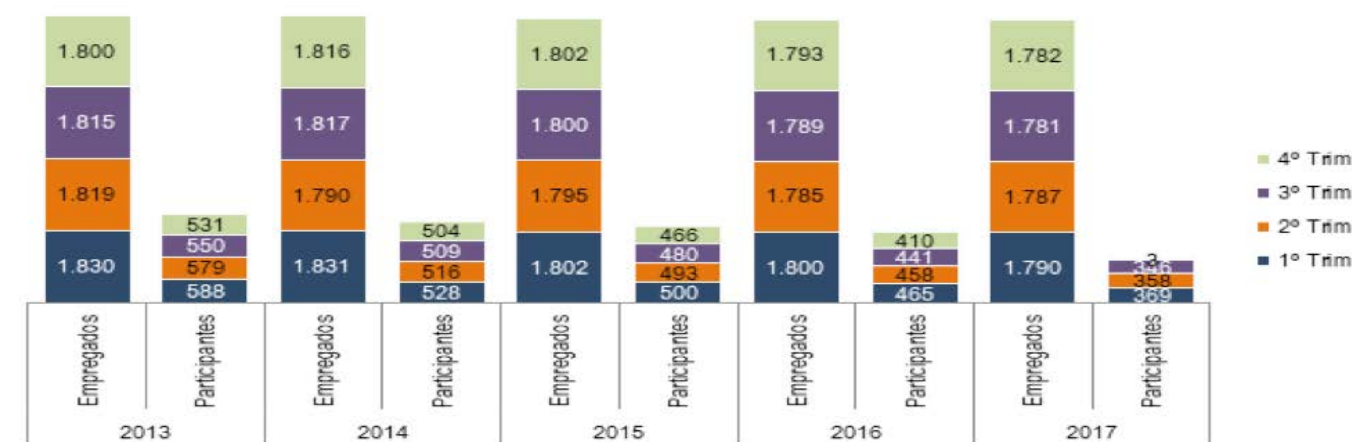
4.1. PREVIDENCIAL

No exercício de 2017 tivemos uma redução do número de participantes do Plano I que se deve, principalmente, ao processo de saldamento dos benefícios ocorrido no quarto trimestre de 2017.

Em comparação ao 4º trimestre do ano anterior, houve 65 pedidos de cancelamento, 3 pedidos de aposentadoria e 339 adesões ao Plano de Benefícios III – Saldado. Assim, restaram, no final do 4º trimestre, apenas 3 participantes ativos.

Em relação às hipóteses atuariais utilizadas na avaliação dos Planos I destaca-se a redução na taxa real anual de juros, de 5,26% para 4,90%, o que ocorreu também no Plano III – Plano saldado.

SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES



Cabe ressaltar ainda que na posição de 31/12/2017, os Planos I e III apresentaram resultado deficitário. No entanto, nas demonstrações atuariais do Plano I, consta que o Plano seria reavaliado extraordinariamente na posição de 31/3/2018. Assim, o atuário efetuou essa reavaliação do Plano I e o resultado apresentou uma melhora, passando de um déficit técnico de R\$ 14,386 milhões para um déficit de R\$ 483 mil.



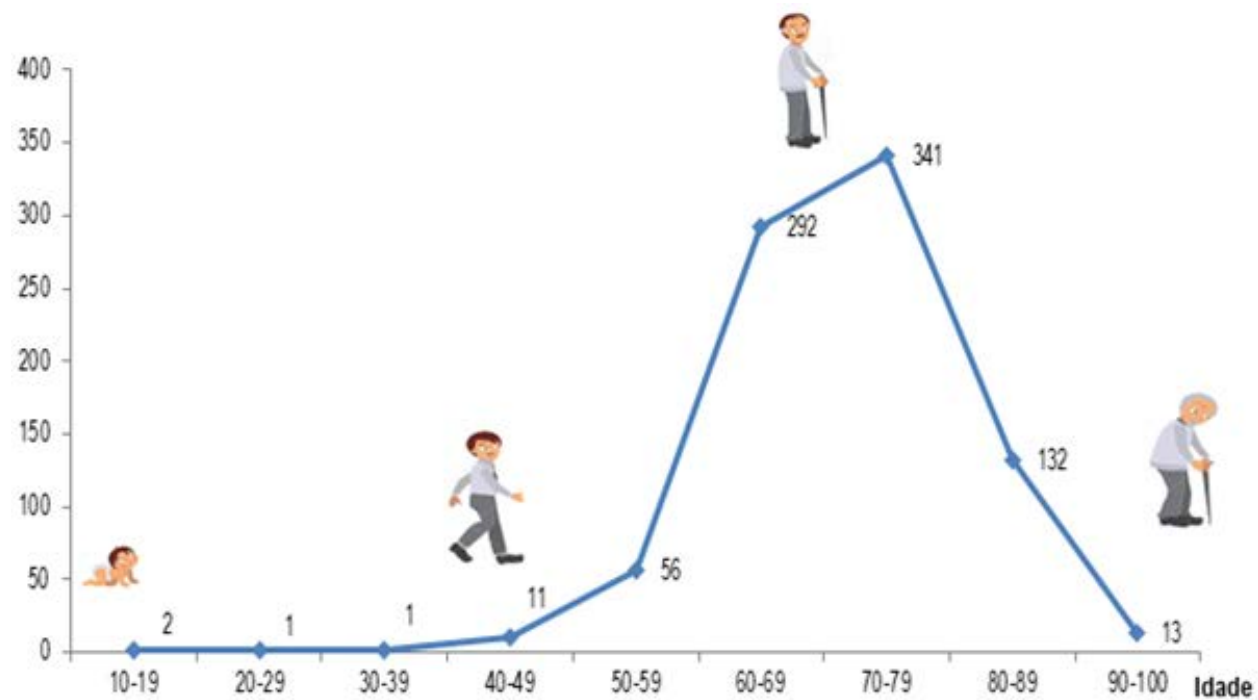
ASSISTIDOS E PENSIONISTAS



PERCENTUAL POR GRUPO DE FILIADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL

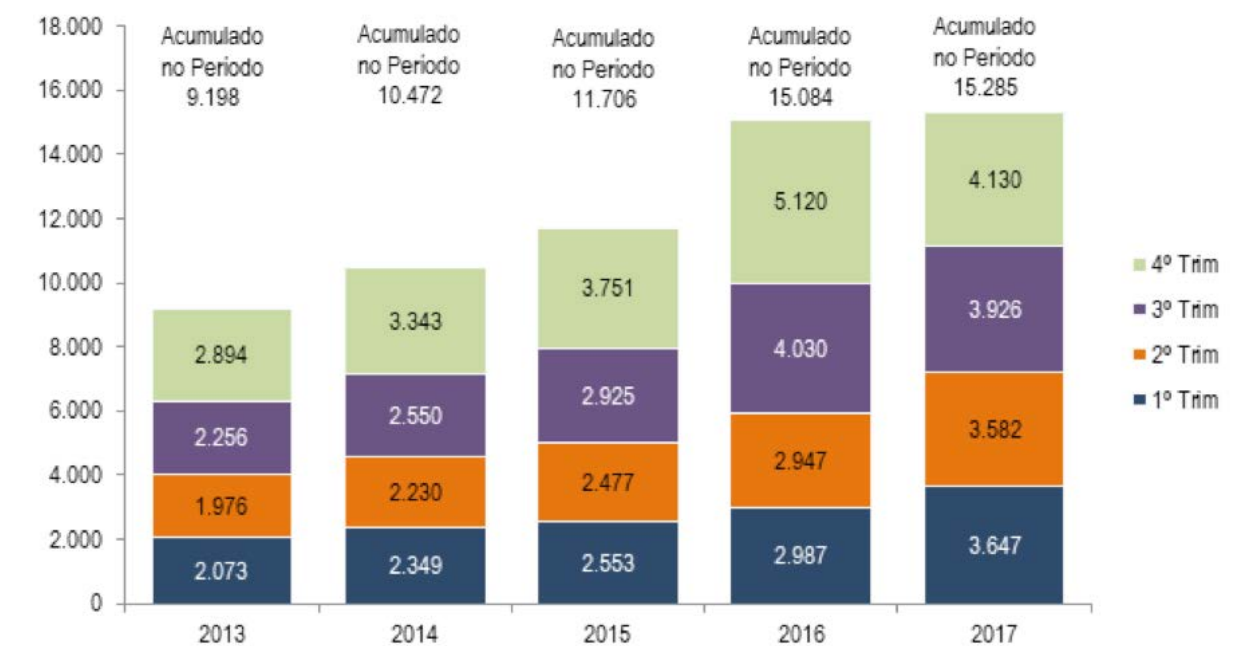


ASSISTIDOS E PENSIONISTAS - FAIXA ETÁRIA



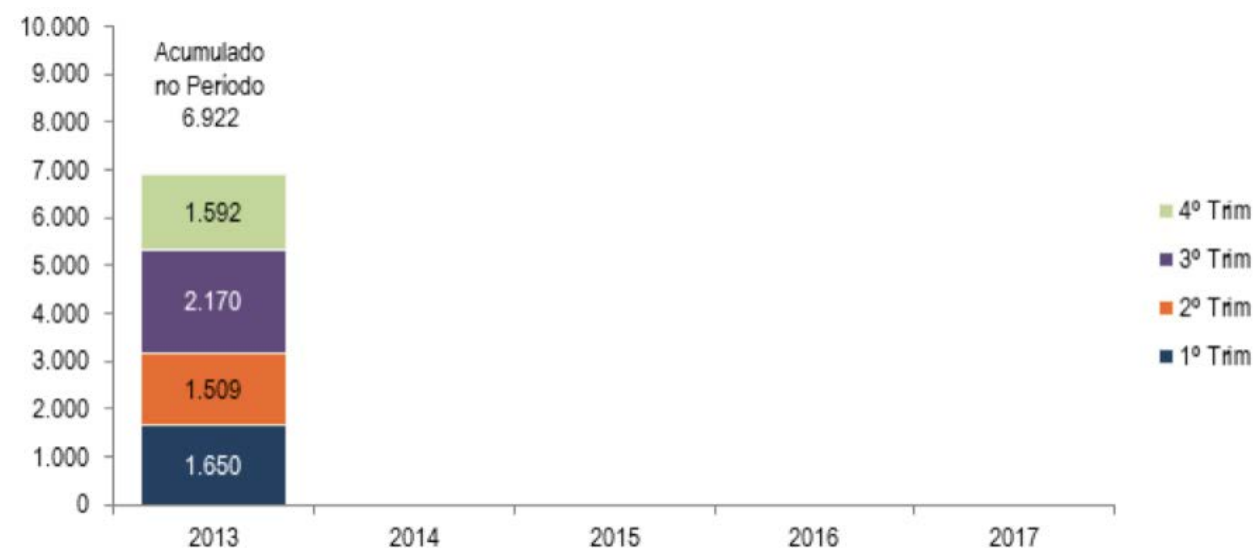
4.1.1. RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS

CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS NORMAIS – EM MIL REAIS



A redução do valor das contribuições deve-se ao processo de saldamento dos benefícios ocorrido no quarto trimestre de 2017.

CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS EXTRAORDINÁRIAS – EM MIL REAIS



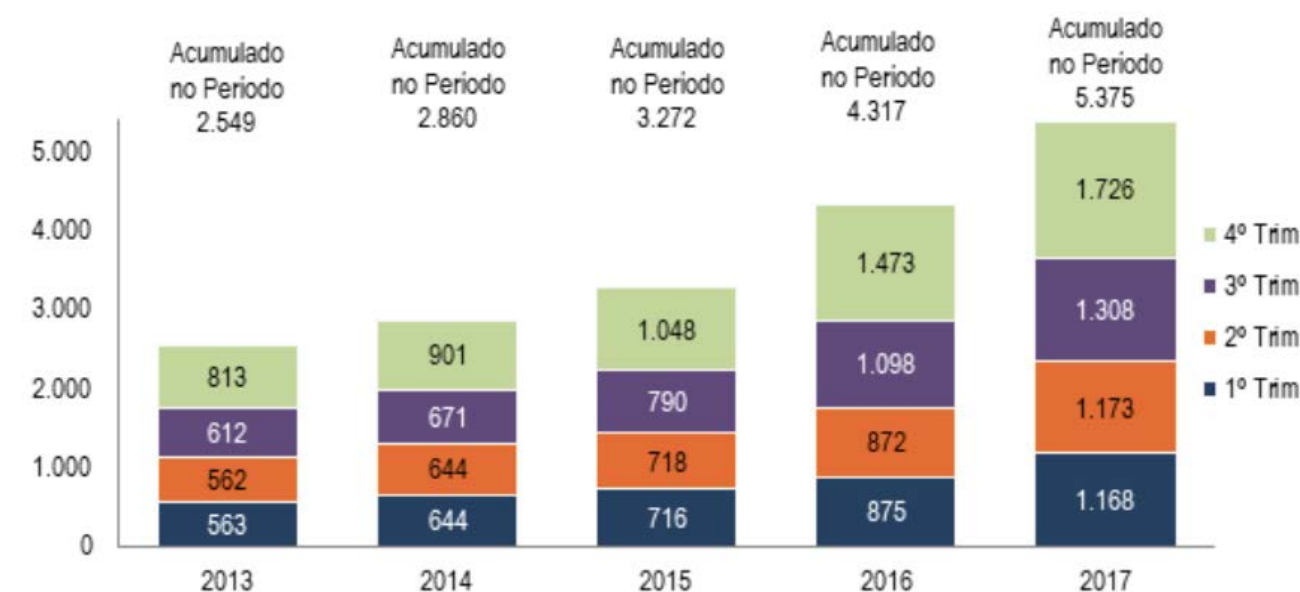
Em dezembro de 2013 foi paga a última parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO.

CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ATIVOS – EM MIL REAIS



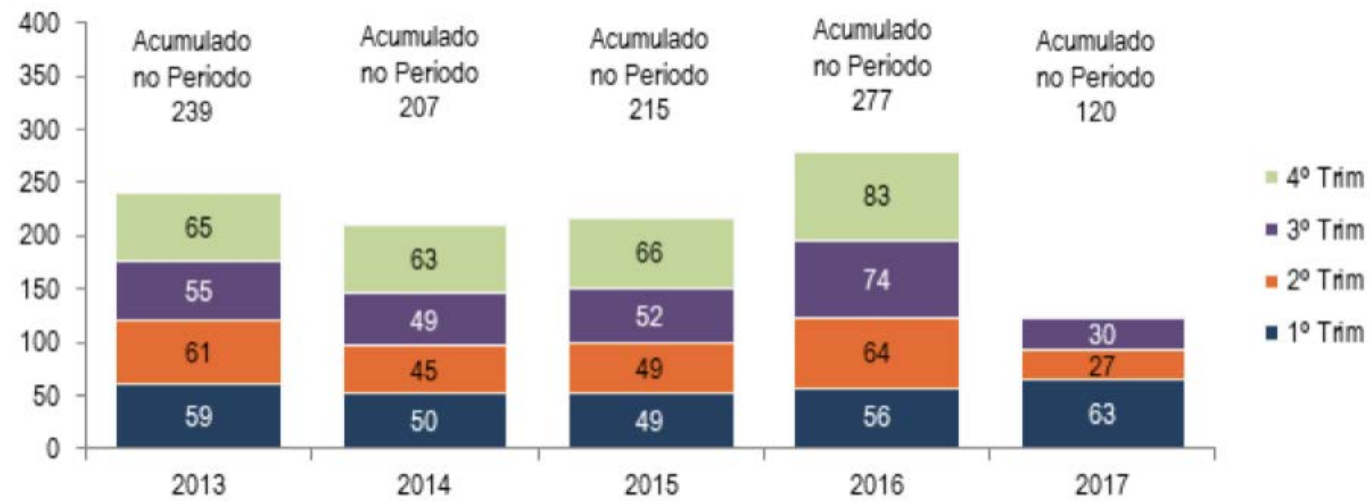
A redução do valor das contribuições deve-se ao processo de saldamento dos benefícios ocorrido no quarto trimestre de 2017. No 4º trimestre, houve a transferência do valor de R\$ 3.310.233,83, correspondente ao montante das contribuições realizadas pelos participantes, deduzidas das parcelas para o custeio dos benefícios de risco e das despesas administrativas, e devidamente atualizadas, para o Plano de Benefícios Codeprev, para aqueles que fizeram a opção ou para o Plano de Benefícios III.

CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ASSISTIDOS – EM MIL REAIS



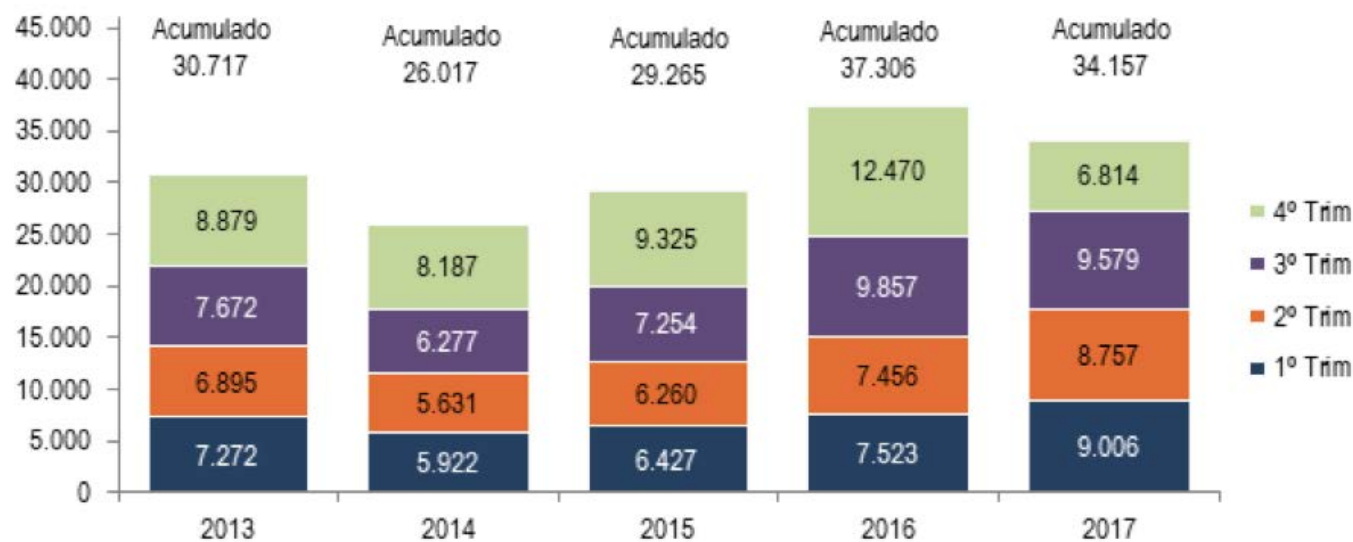
O crescimento das contribuições dos assistidos, no 3º trimestre, deve-se ao ajuste nas contribuições normais. No 4º trimestre, foram consideradas as contribuições de participantes assistidos sobre o 13º salário no valor de R\$ 431 mil.

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES – EM MIL REAIS



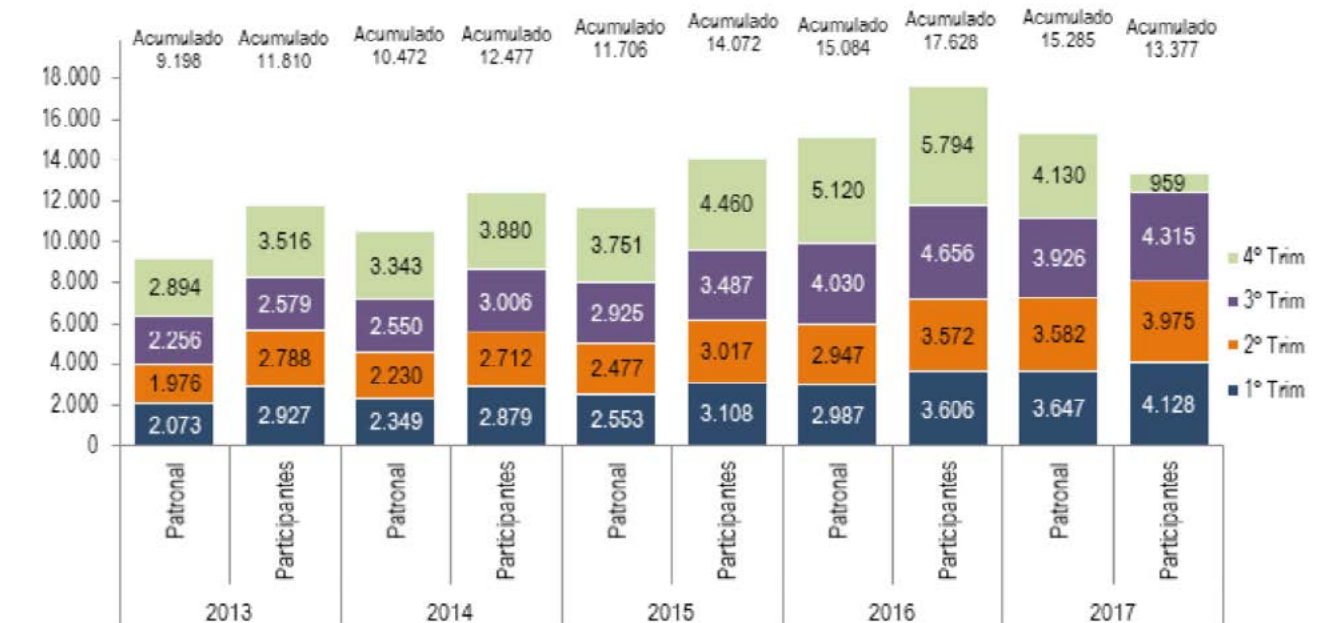
Os valores de outras contribuições correspondem às parcelas de joia atuarial e autopatrocinados. No 4º trimestre, houve a transferência do valor de R\$ 30.382,54, correspondente ao montante das contribuições realizadas pelos participantes, deduzidas das parcelas para o custeio dos benefícios de risco e das despesas administrativas, e devidamente atualizadas, para o Plano de Benefícios III.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS

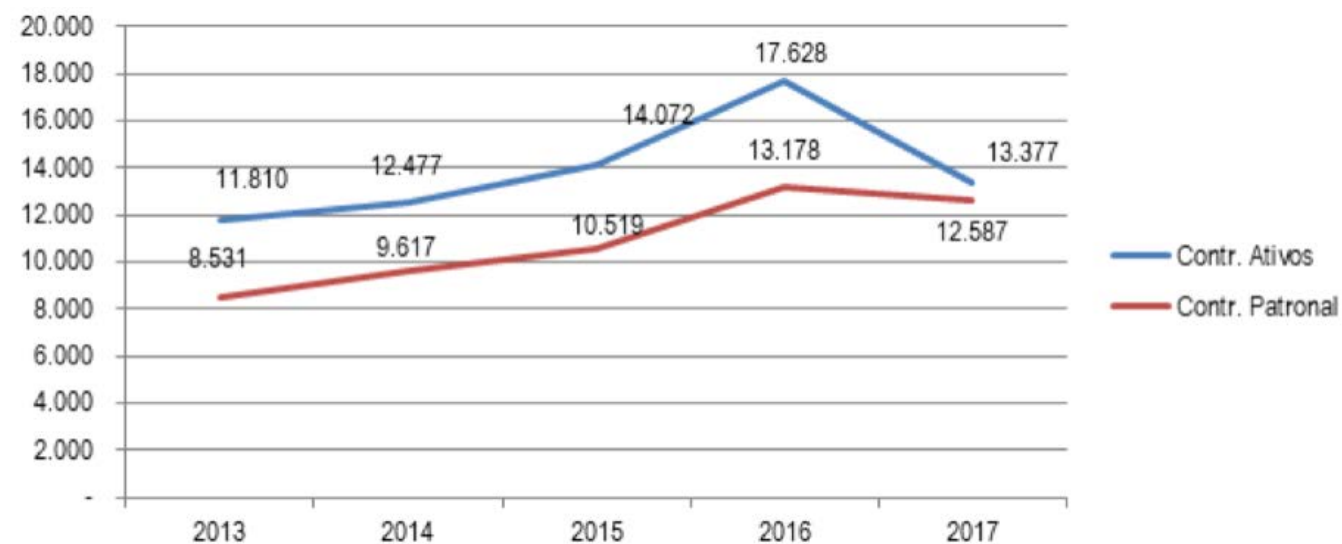


A partir de 2014 não há a parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO. O crescimento das receitas previdenciárias no 3º trimestre deve-se ao ajuste nas contribuições normais. No 4º trimestre, houve a transferência do valor de R\$ 3.340.616,37, correspondente ao montante das contribuições realizadas pelos participantes, deduzidas das parcelas para o custeio dos benefícios de risco e das despesas administrativas, e devidamente atualizadas, para o Plano de Benefícios Codeprev, para aqueles que fizeram a opção ou para o Plano de Benefícios III.

COMPARATIVO DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS

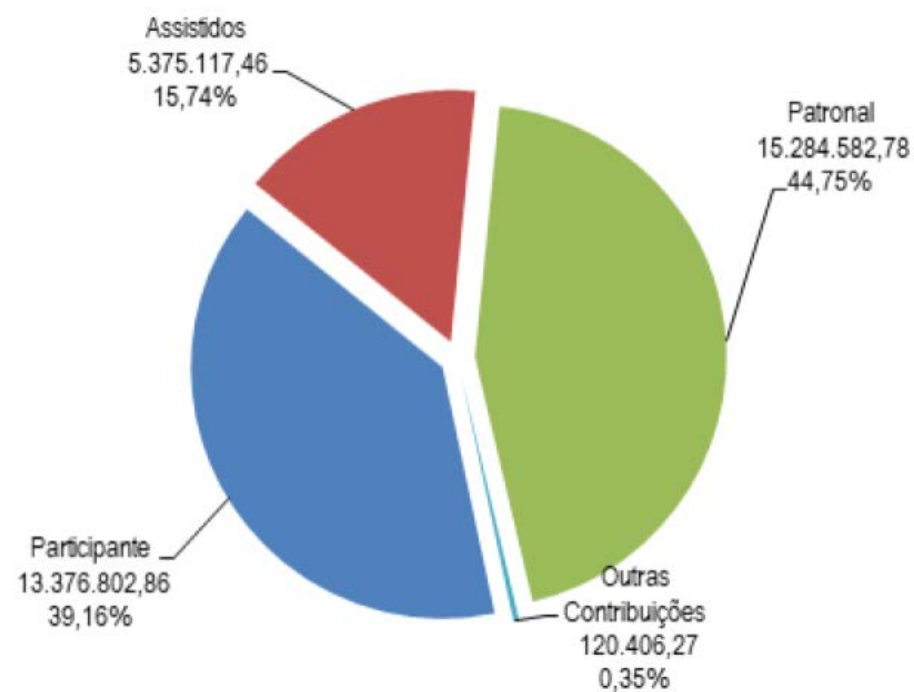


COMPARATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES ATIVOS X PATROCINADORA – VALORES ACUMULADOS – EM MIL REAIS



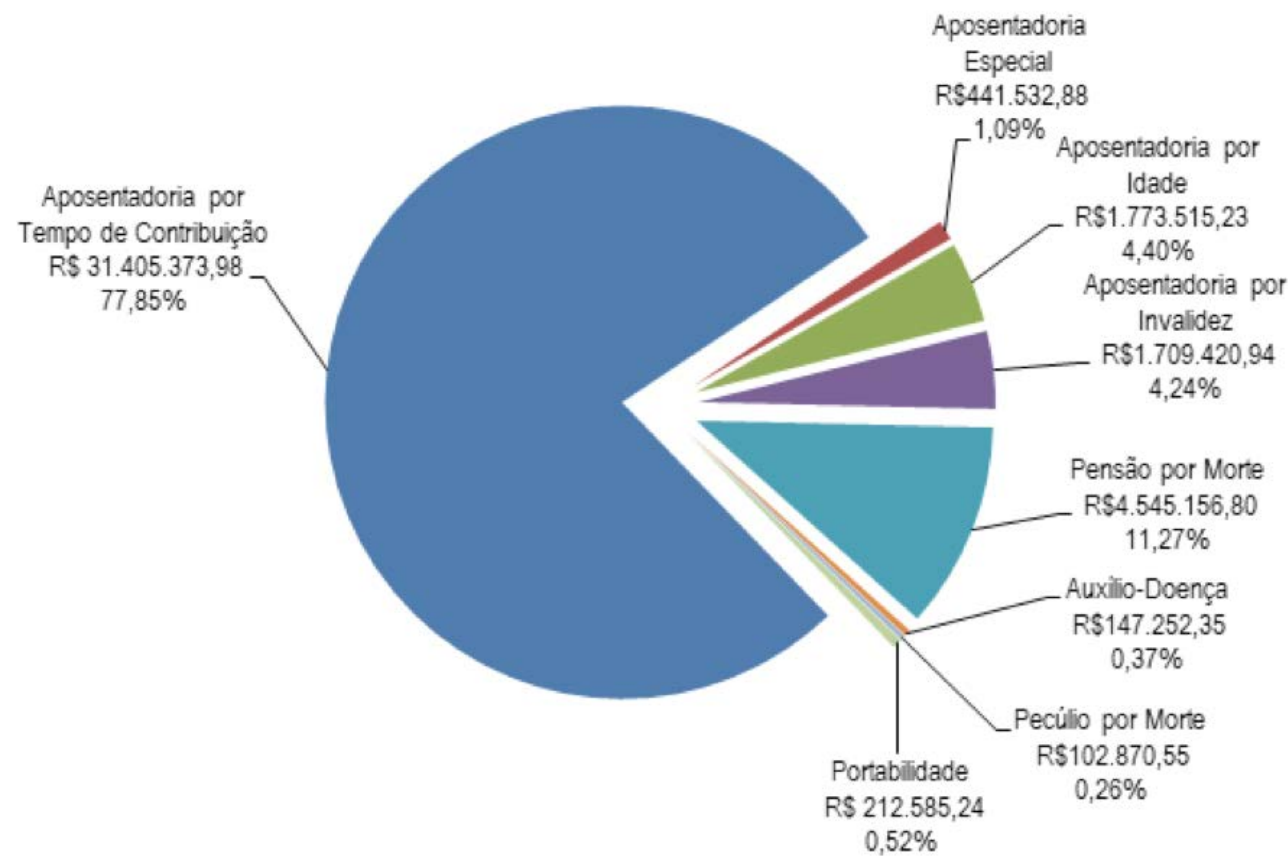
Em média, sobre a contribuição total, verifica-se que a contribuição patronal equivale a 48,48% e a contribuição do participante a 51,52%.

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS



4.1.2. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS POR TIPO DE BENEFÍCIO

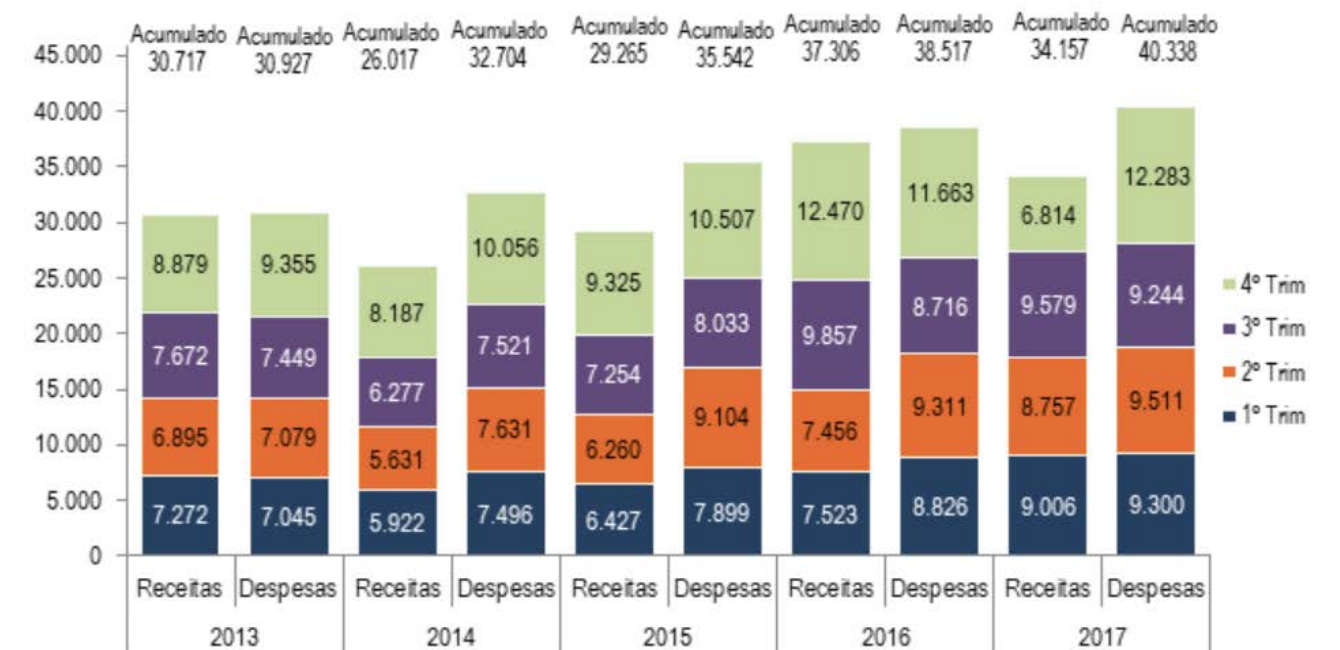


EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS



O crescimento das despesas previdenciárias corresponde à variação da inflação. No 4º trimestre, foram consideradas as despesas sobre o Abono-Anual no valor de R\$ 3.062 mil.

RECEITAS X DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS



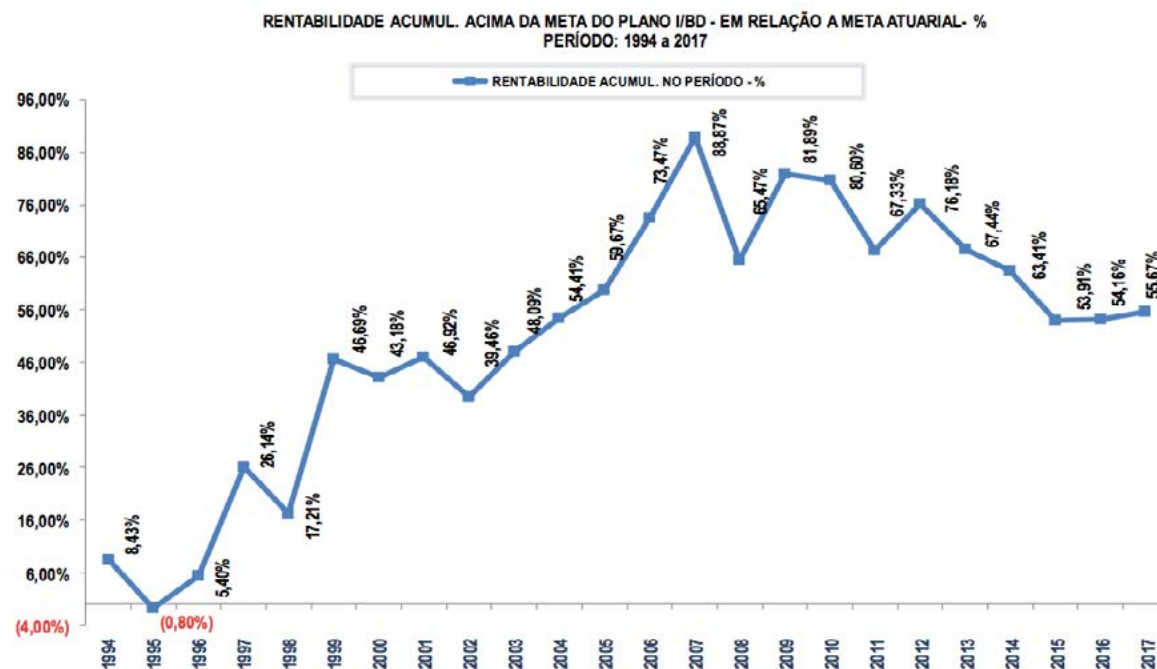
4.2. INVESTIMENTO

4.2.1 PERFORMANCE DO PLANO I – BD – DESCONTADA DA META ATUARIAL – 1994 A 2017

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano I/BD. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 a 2017. Fica evidente que nos últimos vinte e três anos a rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial.

Os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados no período de 2008 a 2013 reduziram os ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, foram capazes de zerar os ganhos auferidos pelos investimentos. Já em 2017, com a taxa superior a 55%, observa-se certa estabilidade, vindo desde 2015. Assim sendo, pode-se afirmar em definitivo que, os problemas ainda existentes no Plano se devem, exclusivamente, às suas condições “estruturais”. Essa identificação permitiu ao Comitê Estratégico de Investimentos-CEI manter os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do Plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

DESEMPENHO ACUMULADO



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE - ACUMULADA

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO PLANO I - BD - 1994 a 2017 -							
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ - (1)	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - % - (2)	META ATUARIAL DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 5,26% a.a. (3)	RENTAB. REAL DO PLANO - % - (4)	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % - (5)	RENTAB. ACIMA DA META - MÊS - (2/4) - % - (6)	RENTAB. ACIMA DA META ACUM. NO PERÍODO - % - (7)
1993	14.565.818						
1994	21.834.499	1001,84%	916,18%	14,94%	6,00%	8,43%	8,43%
1995	27.999.976	18,35%	29,36%	(3,02%)	6,00%	(8,51%)	(0,80%)
1996	37.005.152	24,43%	17,11%	12,63%	6,00%	6,25%	5,40%
1997	49.328.578	32,06%	10,35%	26,85%	6,00%	19,67%	26,14%
1998	50.632.967	2,39%	10,19%	(1,50%)	6,00%	(7,08%)	17,21%
1999	72.879.060	43,39%	14,57%	32,66%	6,00%	25,15%	46,69%
2000	78.882.804	9,12%	11,80%	3,46%	6,00%	(2,40%)	43,18%
2001	93.063.916	18,81%	15,78%	8,77%	6,00%	2,62%	46,92%
2002	106.172.413	13,25%	19,31%	0,62%	6,00%	(5,08%)	39,46%
2003	136.519.774	26,87%	19,48%	12,56%	6,00%	6,19%	48,09%
2004	161.911.021	16,93%	12,14%	10,53%	6,00%	4,27%	54,41%
2005	189.435.292	15,79%	11,98%	9,61%	6,00%	3,40%	59,67%
2006	226.260.110	18,25%	8,84%	15,16%	6,00%	8,65%	73,47%
2007	275.690.468	20,94%	11,08%	15,41%	6,00%	8,88%	88,87%
2008	274.494.972	(0,44%)	13,64%	(7,13%)	6,00%	(12,39%)	65,47%
2009	332.699.574	21,38%	10,42%	16,52%	6,00%	9,93%	81,89%
2010	367.881.588	11,93%	12,73%	5,25%	6,00%	(0,71%)	80,60%
2011	375.114.375	4,29%	12,56%	(1,79%)	6,00%	(7,35%)	67,33%
2012	435.829.532	18,25%	12,31%	11,61%	6,00%	5,29%	76,18%
2013	448.946.925	6,37%	11,92%	0,51%	5,75%	(4,96%)	67,44%
2014	473.598.929	8,96%	11,65%	2,96%	5,50%	(2,41%)	63,41%
2015	504.816.103	10,11%	16,91%	(0,64%)	5,50%	(5,82%)	53,91%
2016	548.050.368	13,53%	13,34%	5,68%	5,50%	0,17%	54,16%
2017	340.529.029	7,57%	6,53%	6,29%	5,26%	0,98%	55,67%

Observação:

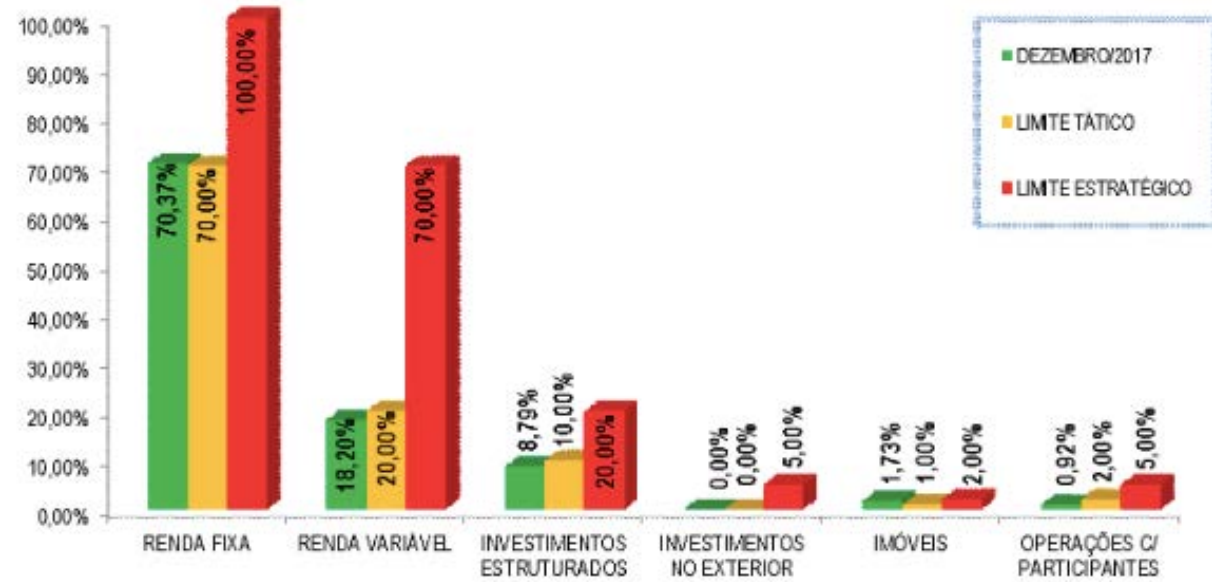
A redução de 37,87% observada no Patrimônio de Cobertura do Plano em 2017 deveu-se ao processo de cisão autorizado pelo órgão fiscalizador Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC - Portaria Nº 929, de 25 de setembro de 2017.



4.2.2 ENQUADRAMENTO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações C/ Participantes, encontrava-se, no encerramento do 4º Trimestre de 2017, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

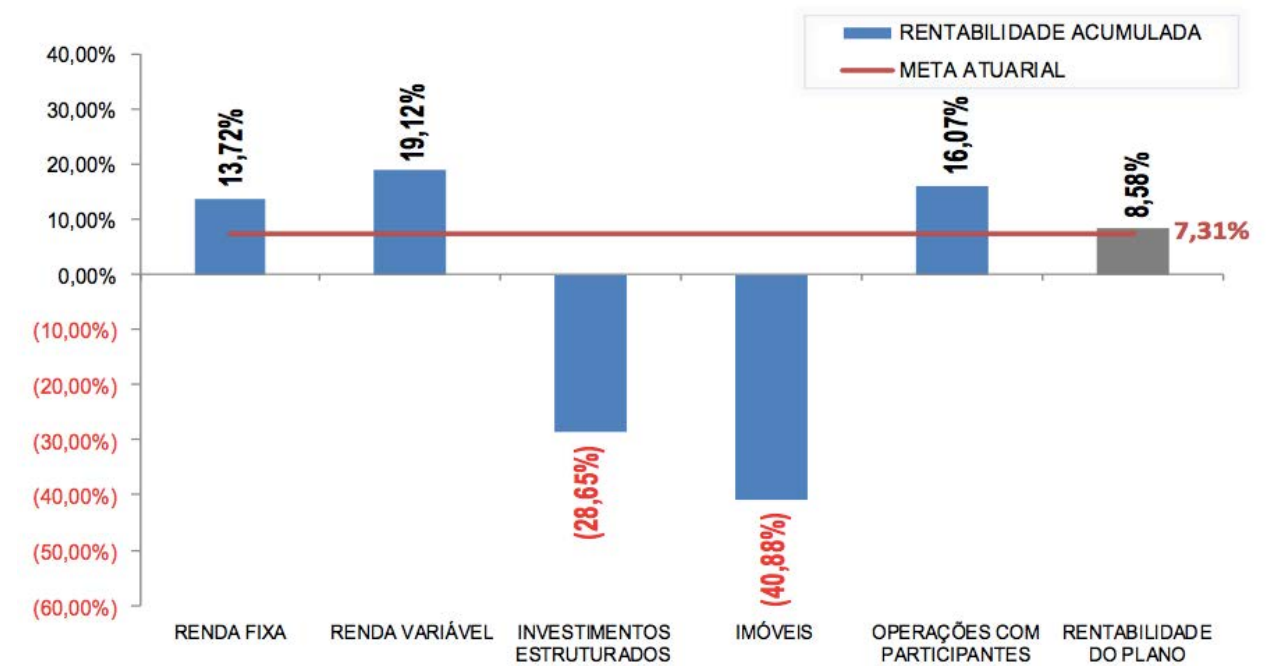
ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO



4.2.3 RENTABILIDADE

A rentabilidade nominal no 4º trimestre de 2017 foi de 3,06%, contra 3,71% alcançada no 3º trimestre, acumulando no ano desempenho positivo de 8,58%. Descontada a Meta Atuarial registrada no exercício - (INPC+5,26% a.a.), que atingiu 7,31%, o desempenho dos investimentos ficou acima do mínimo atuarial de 1,27 pontos-base, motivada pelo bom desempenho dos Segmentos de Renda Fixa e Variável, os quais compensaram as perdas registradas nos Segmentos de Investimentos Estruturados e Imóveis.

RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO



RENTABILIDADE

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,77%	4,44%	13,72%	13,72%
RENDA VARIÁVEL	6,32%	0,04%	19,12%	19,12%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(5,54%)	(5,61%)	(28,65%)	(28,65%)
MOVEIS	(0,20%)	18,59%	(40,88%)	(40,88%)
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,63%	3,85%	16,07%	16,07%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,15%	3,06%	8,58%	8,58%
META ATUARIAL	0,61%	1,83%	7,31%	7,31%
DIVERGÊNCIA	0,54%	1,23%	1,27%	1,27%

4.2.3.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA

No 4º trimestre de 2017 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 4,44% contra 1,82%, registrada no 3º trimestre, acumulando no ano alta de 13,72%, frente meta atuarial de 7,31%, superando a meta acumulada em 6,41 pontos-base. Apesar do ganho elevado no período, não é prudente contar com esse mesmo comportamento ao longo do próximo exercício. A queda nas taxas de juros verificada nas cotações indicativas dos títulos públicos federais - NTN/B se acentuaram no decorrer do quarto trimestre, favorecendo diretamente os títulos precificados a "Mercado" existentes em carteira e conseqüentemente a rentabilidade nominal do período.

Os índices de preços INPC e IPCA continuaram a registrar elevada constrição, demonstrando a queda vertiginosa da inflação observada em 2017, contribuindo diretamente para a queda nominal da Selic. Como a Diretoria de Finanças já havia identificado há algum tempo, o comportamento dos índices voltou ao intervalo de confiança que havia sido descortinado, logo, as defasagens entre eles verificadas no passado, não deverá ser problema doravante. Assim, as taxas de juros da carteira de NTN's não serão consumidas por descasamento considerável dos índices, ao menos é o que a estatística demonstra. O IPCA acumulou no ano variação de 2,95% e o INPC 2,07%, gerando uma diferença de 0,88 pontos-base favoráveis às taxas praticadas pelo mercado nas negociações dos Títulos Públicos Federais-NTN/B's.

4.2.3.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

O Segmento constituído pelos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (Saga SF e Mapfre SF), registrou no 4º trimestre de 2017 rentabilidade positiva de 0,04%, ante o desempenho positivo da Bolsa de Valores de 2,78% medida pelo Índice IBrX-50 (Benchmark). Com este resultado, a Carteira de Renda Variável acumulou no ano alta de 19,12%, contra alta de 26,82% do Benchmark no mesmo período, imputando divergência negativa de 7,70 pontos-base. Apesar da divergência desfavorável ao patrimônio, o mercado de capitais demonstrou no encerramento do quarto trimestre de 2017, fortes sinais de manter-se no canal de alta, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortalecendo a condição tática e estratégica de manter os investimentos em ações.

Ressalte-se que a alta registrada no mercado acionário em 2017, esteve diretamente relacionada às apostas dos investidores internos e externos na retomada da economia, relacionada ao processo de aprovação da Reforma da Previdência pelo Congresso Nacional, o que não ocorreu. Fato que poderá impactar negativamente no comportamento do mercado acionário no decorrer de 2018, elevando sistematicamente a volatilidade do mercado, aliada ao processo eleitoral para os Poderes Legislativo e Executivo, imputando ao mercado bursátil elevada volatilidade, na medida em que forem surgindo os potenciais candidatos ao Planalto. O processo poderá retardar o crescimento da economia e um lento processo de recuperação das empresas de capital aberto, podendo no curto prazo imputar perdas nas carteiras dos investidores institucionais.

4.2.3.3 SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Apresentou no 4º trimestre de 2017 queda de 5,61%, contra variação negativa de 0,38% no 3º trimestre de 2017. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano queda de 28,65%, contra meta atuarial 7,31% no mesmo período, imputando divergência negativa de 35,96 pontos-base. Ressalte-se que, a Diretoria de Finanças encontra-se acompanhando o processo do ENERGIA PCH/FIP (principal ativo do Segmento) frente ao Administrador, após o mesmo utilizar-se de sua prerrogativa, utilizando-se do laudo de avaliação solicitado pela JURUENA PARTICIPAÇÕES para ajustar o valor da Cota do Fundo em 31.03.2017, causando distorções de preços entre os ativos que compõe do Segmento de Investimentos Estruturados do Plano. A São Francisco em conjunto com os demais Cotistas continua com o processo de parceria com objetivo de avaliar possíveis janelas de saída do ativo.

4.2.3.4 SEGMENTO DE IMÓVEIS

Apresentou no 4º trimestre, rentabilidade positiva de 18,59%, contra uma queda de 5,38% registrada no 3º trimestre. O bom desempenho do Segmento no período considerado deveu-se exclusivamente ao processo de avaliação dos Imóveis Para Renda, com objetivo de atender a legislação vigente. Com este resultado o segmento acumulou no ano queda de 40,88%, contra meta atuarial acumulada de 7,31%, imputando ao Segmento divergência negativa de 48,19 pontos-base abaixo da meta. A acentuada queda acumulada no período foi motivada diretamente pelas despesas arcadas pelo Plano com a vacância das salas, acrescida das depreciações das unidades lançadas pelo método linear, bem como o lançamento de parte das garantidas imobiliárias da M. Brasil constituídas por Imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ.

4.2.3.5 SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES

Apresentou rentabilidade no 4º trimestre de 3,85% contra 3,62% alcançada no 3º trimestre, acumulando no ano alta de 16,07%, superando a meta em 8,76 pontos-base.

Em nosso relatório "versão completa" você pode informar-se sobre a alocação dos ativos do plano nos respectivos segmentos de investimentos.



4.2.4 CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010.

Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

- I - DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou
- II - DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

Definição sintética do cálculo envolvido na apuração da DNP - diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos deduzidas da taxa de referência ou atuarial, definida para cada Plano por segmento ou não.



A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

PLANO I - BD													REFERÊNCIA: DEZEMBRO DE 2017		
SEGMENTO	Divergência Não Planejada Nos Últimos 12 Meses												Acumulado nos 12 Meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17			
Renda Fixa	0,62%	0,55%	0,25%	-0,36%	-0,23%	1,80%	0,96%	-0,36%	0,08%	0,16%	2,25%	0,16%	5,89%	0,82%	6,03%
Renda Variável	4,51%	1,13%	-1,96%	0,15%	-4,31%	-0,34%	3,97%	5,94%	3,70%	-1,26%	-5,90%	5,71%	11,35%	3,90%	-2,27%
Estruturados	-0,54%	-0,83%	-24,79%	-0,78%	-0,53%	-0,80%	-0,18%	-0,90%	-0,43%	-0,45%	-0,83%	-6,15%	-37,20%	7,02%	-58,13%
Imóveis	-1,05%	-3,76%	-1,28%	-1,11%	-1,11%	-45,15%	-0,53%	-0,99%	-5,45%	-0,83%	18,53%	-0,81%	-43,52%	14,38%	-76,79%
Empréstimos	0,65%	0,39%	0,54%	0,60%	0,90%	0,40%	1,31%	0,27%	0,87%	0,67%	0,29%	1,02%	7,92%	0,32%	26,14%
PLANO	1,08%	0,45%	-2,65%	-0,31%	-0,92%	-0,17%	1,33%	0,63%	0,58%	-0,15%	0,82%	0,54%	1,24%	1,08%	-4,31%

META ATUARIAL INPC + 5,26% a.a.

Regra I :..... Os Segmentos de Imóveis e Estruturados apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II :..... DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmentos de Renda Variável e Estruturados.

4.2.5 OPERAÇÕES CURSADAS NO EXERCÍCIO DE 2017:

Este tópico explora os procedimentos operacionais da Diretoria de Finanças na gestão da carteira própria, apresentando como se deram as operações realizadas, envolvendo compra e venda de Títulos Públicos. No decorrer do 4º trimestre de 2017, as operações de "Arbitragem" entre vencimentos agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2017/2021.

As poucas operações realizadas no decorrer do 4º trimestre, haja vista o processo de Saldamento do Plano I, consistiu mais fortemente em concentrar as aplicações em papéis de vencimento mais curtos, com precificações a "Mercado", com objetivo de atender todo o processo de cisão, imputando as mesmas condições de riqueza e valor aos participantes de planos distintos.

Cumprindo a legislação vigente, Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo a Tabela contendo as Operações Cursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B; NTN/Fe LFT no decorrer do exercício de 2017 as quais, se antecipa, respeitaram efetivamente o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos":

Todas as taxas negociadas na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos", o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC Nº 21, de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

4.2.6 ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

	PLANO BENEFICIO DEFINIDO I - BD								
	NOMES			ATEOMES			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	1.950.578,90	3.980.408,08	49,00%	55.449.078,19	53.063.118,75	104,50%	55.449.078,19	53.063.118,75	104,50%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	1.809.445,17	3.547.826,23	51,00%	47.744.930,35	47.748.718,18	99,99%	47.744.930,35	47.748.718,18	99,99%
EMISSÃO OU COBRIGACÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	21.643,93	68.785,14	31,47%	584.368,61	812.592,35	71,91%	584.368,61	812.592,35	71,91%
IF	21.643,93	68.785,14	31,47%	584.368,61	812.592,35	71,91%	584.368,61	812.592,35	71,91%
EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	31.609,21	192.057,73	16,46%	-2.757.010,11	2.256.297,91	ÉDESPESA	-2.757.010,11	2.256.297,91	ÉDESPESA
DEBENTURES	31.609,21	192.057,73	16,46%	-2.757.010,11	2.256.297,91	ÉDESPESA	-2.757.010,11	2.256.297,91	ÉDESPESA
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	90.561,18	138.940,56	65,18%	623.170,03	1.778.426,47	35,04%	623.170,03	1.778.426,47	35,04%
CR	90.561,18	138.940,56	65,18%	623.170,03	1.778.426,47	35,04%	623.170,03	1.778.426,47	35,04%
COMPANHIAS FECHADAS	0,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA
CO	0,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA	11.345.550,00	0,00	NA
CÉDULA DE PRODUTOS RURAIS	0,00	0,00	NA	36.917,19	49.598,94	74,43%	36.917,19	49.598,94	74,43%
CR	0,00	0,00	NA	36.917,19	49.598,94	74,43%	36.917,19	49.598,94	74,43%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	-2.680,59	32.798,42	ÉDESPESA	-2.128.847,88	417.484,90	ÉDESPESA	-2.128.847,88	417.484,90	ÉDESPESA
FIDC - EM COTA	-2.680,59	32.798,42	ÉDESPESA	-2.128.847,88	417.484,90	ÉDESPESA	-2.128.847,88	417.484,90	ÉDESPESA
RENDA VARIÁVEL	3.922.150,46	1.205.611,37	325,32%	15.086.376,85	14.756.900,27	102,23%	15.086.376,85	14.756.900,27	102,23%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	3.922.150,46	1.205.611,37	325,32%	15.086.376,85	14.756.900,27	102,23%	15.086.376,85	14.756.900,27	102,23%
FUNDOS DE AÇÕES	3.922.150,46	1.205.611,37	325,32%	15.086.376,85	14.756.900,27	102,23%	15.086.376,85	14.756.900,27	102,23%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-1.751.046,30	56.179,82	ÉDESPESA	-16.759.976,43	828.869,15	ÉDESPESA	-16.759.976,43	828.869,15	ÉDESPESA
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	-1.771.211,17	0,00	ÉDESPESA	-17.098.989,51	0,00	ÉDESPESA	-17.098.989,51	0,00	ÉDESPESA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	20.164,87	56.179,82	35,89%	339.013,08	828.869,15	40,90%	339.013,08	828.869,15	40,90%
IMÓVEIS	-18.101,08	0,00	ÉDESPESA	-7.138.243,56	0,00	ÉDESPESA	-7.138.243,56	0,00	ÉDESPESA
IMÓVEIS PARA ALUGUEL E RENDA	-18.101,08	0,00	ÉDESPESA	-7.138.243,56	0,00	ÉDESPESA	-7.138.243,56	0,00	ÉDESPESA
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	91.001,62	38.028,22	239,30%	1.925.392,19	456.338,64	421,92%	1.925.392,19	456.338,64	421,92%
EMPRÉSTIMOS	91.001,62	38.028,22	239,30%	1.925.392,19	456.338,64	421,92%	1.925.392,19	456.338,64	421,92%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-132.020,39	-367.395,76	35,93%	-2.303.304,66	-4.408.749,12	52,24%	-2.303.304,66	-4.408.749,12	52,24%
CONSTITUIÇÃO REVERSÃO DE FUNDOS	-528,22	0,00	ÉDESPESA	64.688,18	0,00	NA	64.688,18	0,00	NA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	4.062.034,99	4.912.831,73	82,68%	46.324.010,76	64.696.477,69	71,60%	46.324.010,76	64.696.477,69	71,60%

(i) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) ATEOMES: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.



RECEITAS DOS INVESTIMENTOS – REALIZADO X PROJETADO

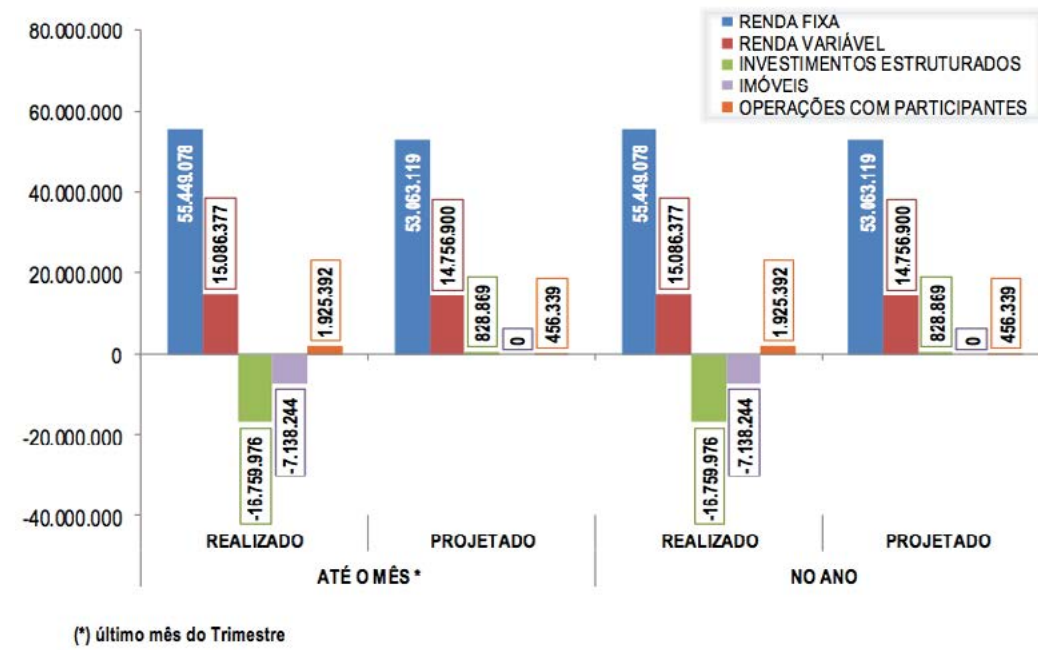
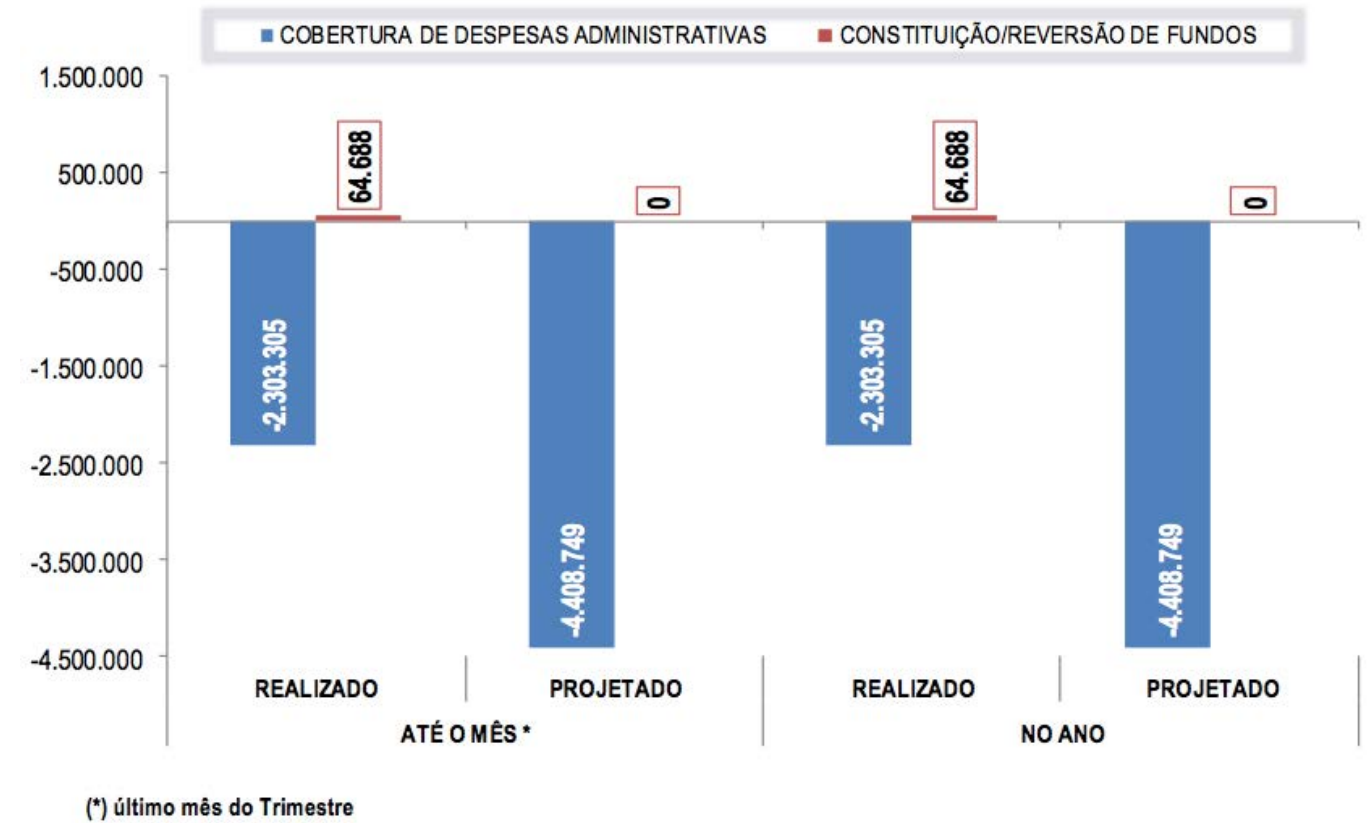


GRÁFICO 43. CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO INVESTIMENTO E FORMAÇÃO DE FUNDO - REALIZADO X PROJETADO



Comentários:

O Fluxo dos “Investimentos Realizados” no encerramento do exercício de 2017 totalizou R\$ 46.324.010,76 contra o Valor Orçado de R\$ 64.696.477,69, ou seja, o realizado totaliza somente 71,60% daquele esperado no orçamento.

O detalhamento do fluxo de investimentos por segmento encontra-se na versão completa do Relatório Anual.

Em atendimento a Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013, que “dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos e dá outras providências”, apresentamos a seguir a Rentabilidade Bruta x Rentabilidade Líquida do Plano I/BD administrado pela São Francisco:

4.2.7 RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA DO PLANO - INSTRUÇÃO PREVIC Nº 5, DE 01.11.2013:

RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA – ACUMULADA 2017

SEGMENTOS	INVESTIMENTOS	RENTABILIDADE	
		LÍQUIDA	BRUTA
RENDA FIXA	254.950.646,23	13,72%	16,44%
RENDA VARIÁVEL	65.938.845,50	19,12%	22,83%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	31.850.325,56	-28,65%	10,22%
IMÓVEIS	6.259.079,26	-40,88%	-38,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	3.318.641,27	16,07%	19,78%
TOTAL	362.317.537,82	8,58%	15,25%

a) **Rentabilidade Bruta:** Trata-se da rentabilidade produzida pelos ativos de investimentos, entretanto a PREVIC determinou a incorporação das Despesas registradas na Contabilidade dos Fundos de Investimentos no período considerado.

b) **Rentabilidade Líquida:** Trata-se da rentabilidade dos ativos de investimentos, deduzidos os custos da gestão interna.



4.3 CONTÁBIL

BALANÇO PATROMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2017	2016		2017	2016
DISPONÍVEL	60	5	EXIGÍVEL OPERACIONAL	21.224	42.797
REALIZÁVEL	371.636	606.720	Gestão Previdencial	21.067	42.526
Gestão Previdencial	666	3.049	Investimentos	156	271
Gestão Administrativa	8.346	13.264	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	606	767
Investimentos	362.624	590.407	Gestão Previdencial	147	33
Títulos Públicos	238.704	377.181	Investimento	458	733
Créditos Privados e Depósitos	12.861	38.142	PATRIMÔNIO SOCIAL	349.867	563.161
Fundos de Investimento	101.175	162.555	Patrimônio de Cobertura do Plano	340.529	548.050
Investimentos Imobiliários	6.259	7.268	Provisões Matemáticas	354.915	571.836
Empréstimos e Financiamentos	3.319	4.780	Benefícios Concedidos	352.754	343.810
Depos. Jud. Recursais	307	480	Benefícios a Conceder	2.161	228.027
			Equilíbrio Técnico	(14.386)	(23.786)
			Resultados Realizados	(14.386)	(23.786)
			(+) Superávit Técnico Acumulado	-	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(14.386)	(23.786)
			Fundos	9.338	15.111
			Fundos Administrativos	8.346	13.264
			Fundos dos Investimentos	992	1.846
TOTAL DO ATIVO	371.696	606.725	TOTAL DO PASSIVO	371.696	606.725

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
A) Ativo Líquido - início do exercício	548.050	504.816	8,56
1. Adições	115.467	104.641	10,35
(+) Contribuições	70.303	37.306	88,45
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	45.164	67.335	(32,93)
2. Destinações	(322.988)	(61.407)	425,98
(-) Benefícios	(321.399)	(59.689)	438,46
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(147)	-	100,00
(-) Custeio Administrativo	(1.442)	(1.718)	(16,08)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(207.521)	43.234	(579,99)
(+/-) Provisões Matemáticas	216.921	60.962	255,83
(+/-) Superávit / Déficit Técnico do Exercício	(9.400)	(17.728)	(46,98)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	340.529	548.050	(37,87)
C) Fundos não previdenciais	9.338	15.111	(38,20)
(+/-) Fundos Administrativos	8.346	13.264	(37,08)
(+/-) Fundos dos Investimentos	992	1.846	(46,27)



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

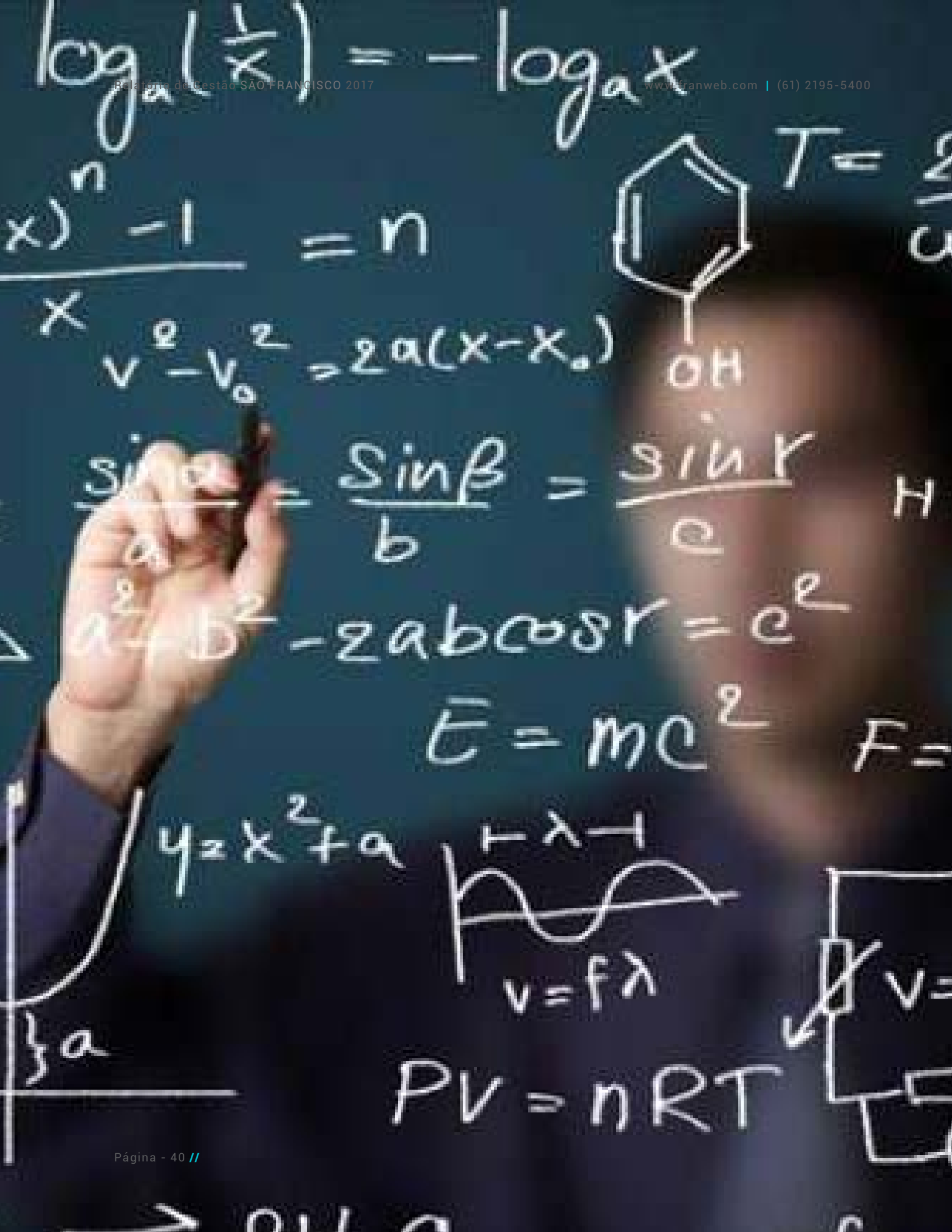
DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
1. Ativos	371.696	606.725	(38,74)
Disponível	60	5	1.228,80
Recebível	9.012	16.313	(44,76)
Investimento	362.624	590.407	(38,58)
Títulos Públicos	238.704	377.181	(36,71)
Créditos Privados e Depósitos	12.861	38.142	(66,28)
Fundos de Investimento	101.175	162.555	(37,76)
Investimentos Imobiliários	6.259	7.268	(13,89)
Empréstimos e Financiamentos	3.319	4.780	(30,57)
Depos. Jud. Recursais	307	480	(36,08)
2. Obrigações	21.829	43.564	(49,89)
Operacional	21.224	42.797	(50,41)
Contingencial	606	767	(21,04)
3. Fundos não Previdenciais	9.338	15.111	(38,20)
Fundos Administrativos	8.346	13.264	(37,08)
Fundos dos Investimentos	992	1.846	(46,27)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	340.529	548.050	(37,87)
Provisões Matemáticas	354.915	571.836	(37,93)
Superávit/Déficit Técnico	(14.386)	(23.786)	(39,52)
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	651,17	(100,00)
a) Equilíbrio Técnico	-	(23.786)	(100,00)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	24.437	(100,00)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-	651	(100,00)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	363.350	593.461	(38,77)
1. Provisões Matemáticas	354.915	571.836	(37,93)
1.1. Benefícios Concedidos	352.754	343.810	2,60
Benefício Definido	352.754	343.810	2,60
1.2. Benefício a Conceder	2.161	228.027	(99,05)
Benefício Definido	2.161	228.027	(99,05)
2. Equilíbrio Técnico	(14.386)	(23.786)	(39,52)
2.1. Resultados Realizados	(14.386)	(23.786)	(39,52)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(14.386)	(23.786)	(39,52)
3. Fundos	992	1.846	(46,27)
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	992	1.846	(46,27)
4. Exigível Operacional	21.224	42.797	(50,41)
4.1. Gestão Previdencial	21.067	42.526	(50,46)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	156	271	(42,20)
5. Exigível Contingencial	606	767	(21,04)
5.1. Gestão Previdencial	147	33	340,82
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	458	733	(37,52)

As notas explicativas referente às demonstrações contábeis, bem como os fatos relevantes, podem ser lidas em nossa versão completa do Relatório Anual.

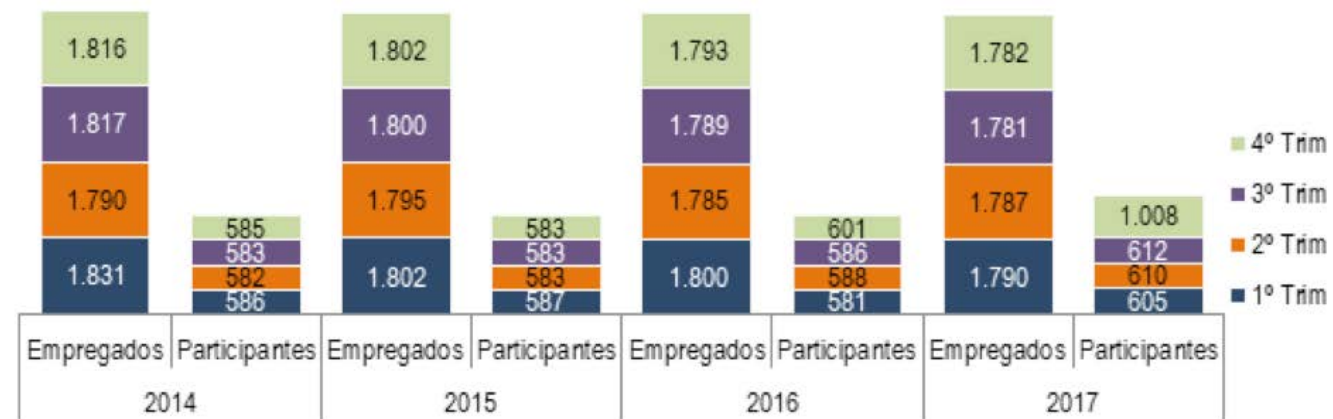


5. plano de Benefícios II CodePrev



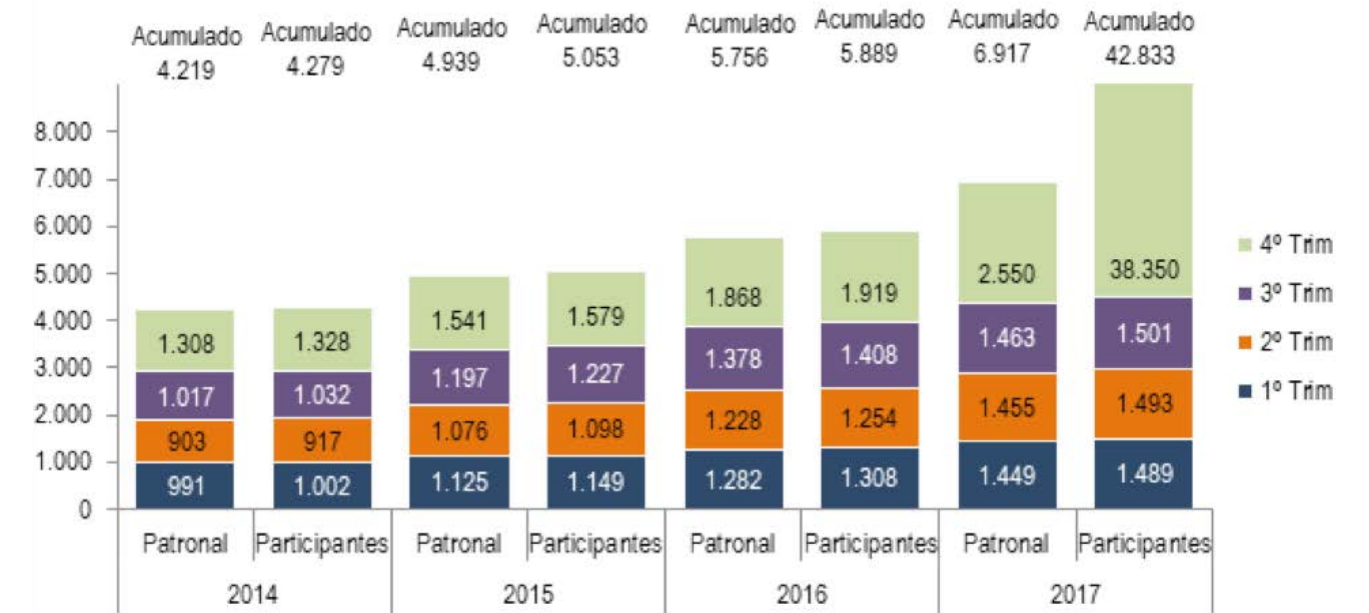
5.1 PREVIDENCIAL

SOCIAL



O aumento de inscrições no Codeprev deve-se, principalmente, ao processo de saldamento do Plano de Benefícios I, ocorrido no 4º trimestre.

CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS

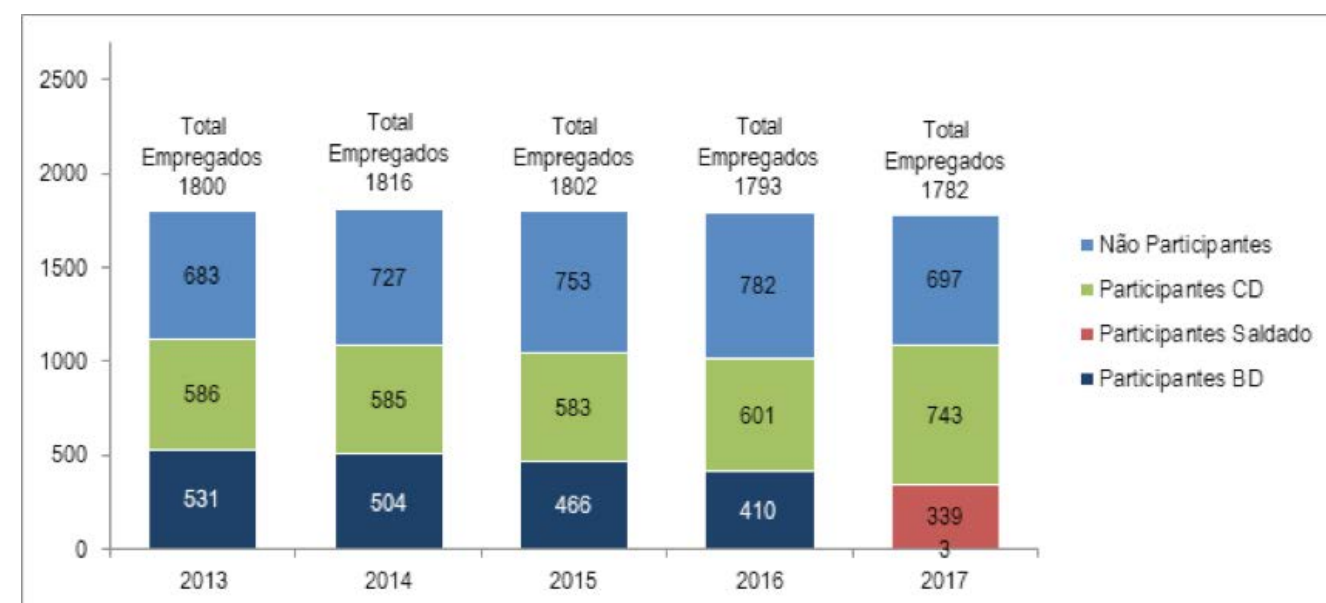


87 participantes do Codeprev contribuem com percentuais acima do limite de contribuição da patrocinadora que é de 8%. O aumento das contribuições no 4º trimestre deve-se ao ingresso de participantes que aderiram ao processo de Saldamento e da transferência de reserva de poupança, pendente de exercício de direito, dos ex-participantes do Plano de Benefícios I, no total de R\$ 36.146.298,24.

5.1.1 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E INSTITUTOS (CODEPREV)

No exercício de 2017 foi gasto com Resgate de Contribuições e Benefício de Incapacidade para o Trabalho um total de R\$ 55.028,31 e R\$ 7.059,78, respectivamente.

ADESÃO



Para o Plano CD foi considerado apenas os participantes que não estão inscritos, também, no Plano Saldado. Dos 339 participantes do Plano Saldado, 265 se inscreveram no Plano Codeprev, totalizando 1.008 inscritos neste Plano.

5.2 INVESTIMENTO

A estrutura atual dos investimentos do Plano de Benefícios II - Codeprev está concentrada nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados, esse último somente com recursos em trânsito para liquidez do Plano. Assim, no encerramento do 4º Trimestre de 2017, as alocações estavam em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Seu valor total em 31.12.2017 de R\$ 91.184.479,52 contra R\$ 36.781.896,73 em 31.12.2016, registra um crescimento nominal no período de 147,91%. O crescimento acentuado observado no total dos ativos do Plano, prendeu-se, além da gestão tática implementada pela Diretoria de Finanças, somaram-se R\$ 35,5 milhões, relativos à adesão voluntária ao Codeprev dos participantes que no passado deligaram do Plano BD e mantiveram vínculo com a Patrocinadora e os Participantes já do Codeprev que, tendo reservas no Plano BD optaram por transferi-las para o Codeprev, nas condições previstas e autorizadas no processo de Saldamento aprovada pela Portaria Nº 929, de 25 de setembro de 2017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Ademais, os ativos encontram-se ainda muito impactado pela entrada de recursos das contribuições, dado que elas apresentam, em valores relativos sobre o total acumulado, percentual elevado, podendo ser observada nos gráficos e tabelas a seguir:

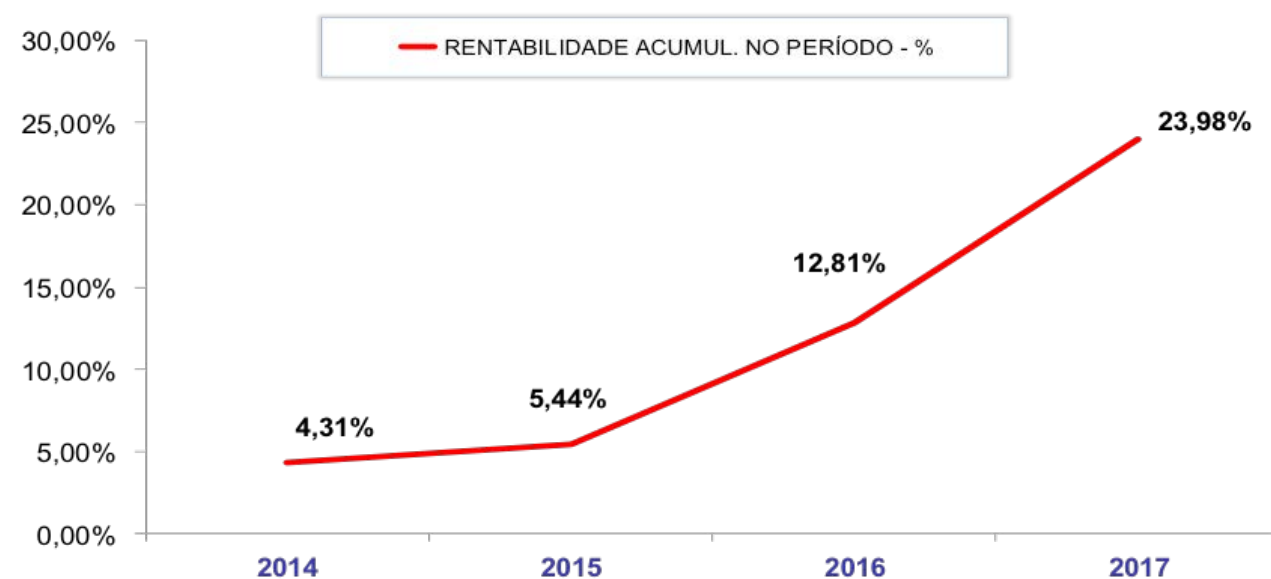
5.2.1 Performance do CODEPREV - Descontada da Taxa Indicativa - 2014 a 2017

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do CODEPREV acima da Taxa Indicativa (INPC+3,30% a.a.). As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 2014 a 2017. Fica evidente que nos quatro anos de existência do Plano a rentabilidade mantém-se acima da Taxa Indicativa. Os resultados favoráveis observados no período de 2014 a 2017 são frutos da gestão proativa da Diretoria Executiva, aliada às operações estratégicas traçadas no âmbito do Comitê Estratégico de Investimentos - CEI.

Assim sendo, pode-se afirmar que, inexistência de problemas no Plano, aliada ao seu baixo tempo de existência, se deve, exclusivamente, às suas condições "Estruturais" robustas. Essa identificação permitiu ao Comitê Estratégico de Investimentos-CEI manterem os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A

racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

DESEMPENHO ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA



O detalhamento dos recursos pode ser verificado na versão completa deste relatório.

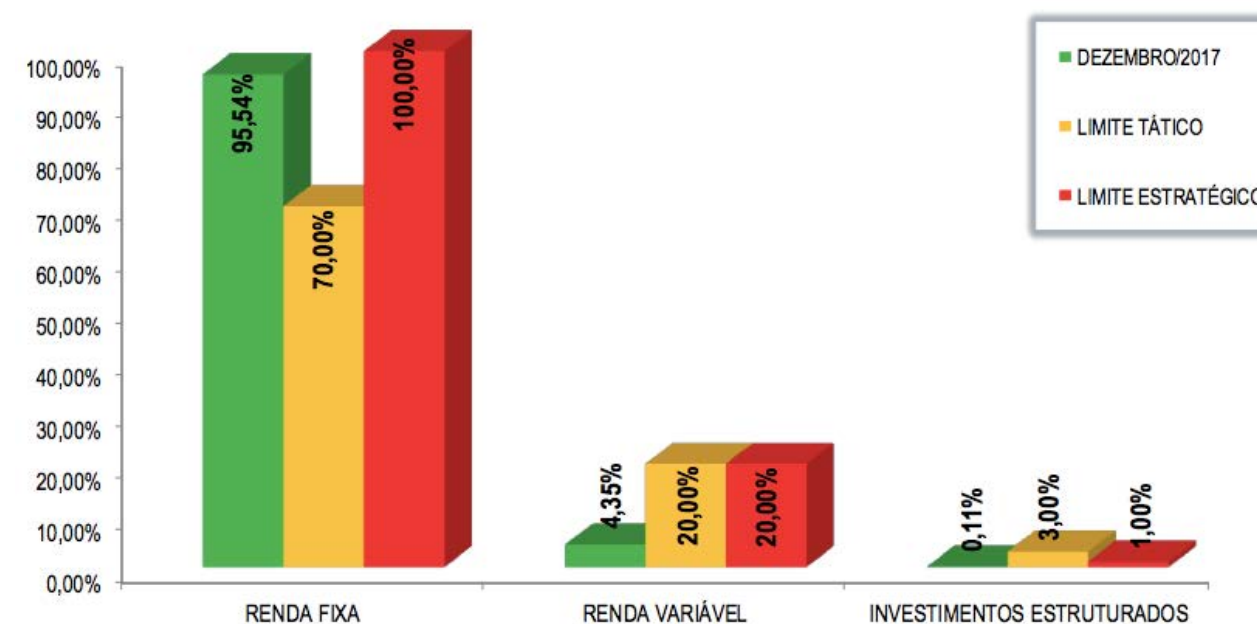
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE – ACUMULADA

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO CODEPREV - DEZ/2013 a DEZ/2017 -								
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$	VALOR DA COTA - R\$ -	RENTAB.NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - %	TAXA INDICATIVA DO PLANO - ANUAL - %	RENTAB. REAL DO PLANO - %	JUROS REAIS INDICATIVA DO PLANO - %	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA - ACUM. ANO - (2/4) - %	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA ACUMULADA NO PERÍODO - %
2013	1.456.461	1,011179	1,13%	1,01%	0,41%	0,29%	0,12%	0,12%
2014	9.410.607	1,143162	14,55%	9,95%	7,83%	3,50%	4,18%	4,31%
2015	20.201.937	1,315641	16,42%	15,17%	4,62%	3,50%	1,09%	5,44%
2016	34.288.058	1,538242	18,02%	10,31%	10,73%	3,50%	6,99%	12,81%
2017	88.244.907	1,746768	16,10%	5,64%	13,75%	3,50%	9,90%	23,98%

5.2.2 Enquadramento – Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados, encontrava-se no encerramento do 4º Trimestre de 2017, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO



5.2.4 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do CODEPREV no 4º trimestre de 2017 foi de 4,81% - contra 5,55% registrada no 3º trimestre, acumulando no ano desempenho positivo de 16,10%. Descontada a Taxa Indicativa registrada no decorrer do ano - (INPC+3,50% a.a.), que atingiu 5,64%, o desempenho dos investimentos ficou acima da Taxa Indicativa 10,46 pontos-base. Os resultados favoráveis alcançados num ano de elevada volatilidade no mercado financeiro e de capitais, são frutos da gestão proativa da Diretoria Executiva, aliada às operações estratégicas traçadas no âmbito do Comitê Estratégico de Investimentos - CEI.

5.2.4.1 Segmento de Renda Fixa

No 4º trimestre de 2017 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 5,38%, contra 4,67% registrada no 3º trimestre, acumulando no ano alta de 16,00%, frente à Taxa Indicativa de 5,64%, superando-a em 10,36 pontos-base.

5.2.4.2 Segmento de Renda Variável

O Segmento constituído pelas cotas dos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (Saga e Mapfre), registrou no 4º trimestre de 2017 rentabilidade de 2,04%, ante o desempenho positivo da Bolsa de Valores de 2,78% medida pelo Índice IBrX-50 (Benchmark). Com este resultado, a Carteira de Renda Variável acumulou no ano alta de 21,52%, contra alta de 26,82% do Benchmark

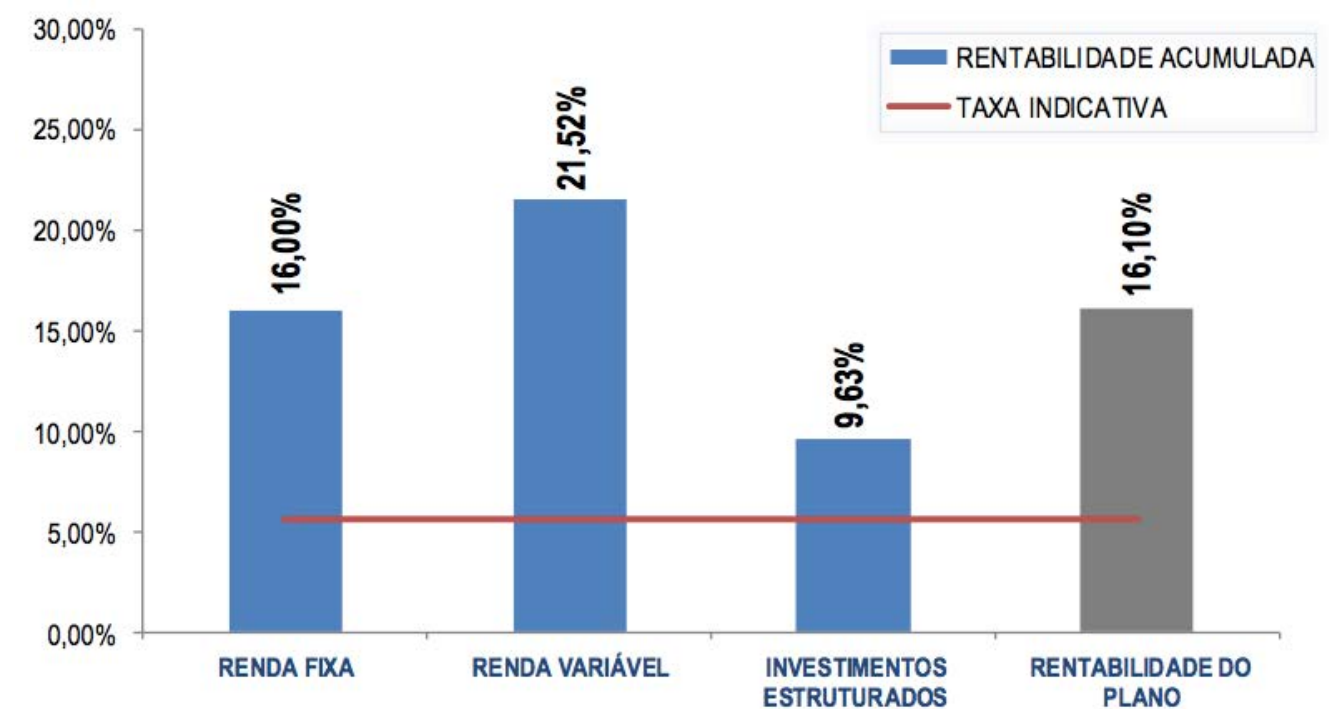


no mesmo período.

5.2.4.3 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 4º trimestre de 2017 alta de 1,71%, contra variação positiva de 1,99% no 3º trimestre. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano alta de 9,63%, contra Taxa Indicativa de 5,64% no mesmo período. A alocação neste Segmento encontra-se em um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades para pagamento de um único benefício e do Custeio do Plano. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motos principais para sua utilização.

RENTABILIDADE POR SEGMENTO ACUMULADA



RENTABILIDADE POR SEGMENTO

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,77%	5,38%	16,00%	16,00%
RENDA VARIÁVEL	7,06%	2,04%	21,52%	21,52%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,47%	1,71%	9,63%	9,63%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,03%	4,81%	16,10%	16,10%
TAXA INDICATIVA	0,55%	1,68%	5,64%	5,64%
DIVERGÊNCIA	0,48%	3,13%	10,46%	10,46%

o Plano. Tratando-se de um Plano CD/Codeprev, não há uma meta atuarial a ser alcançada. Existe a Taxa Indicativa pré-estabelecida e aprovada pelo Conselho Deliberativo: INPC + 3,50% a.a.

Não foi verificado no encerramento do 4º trimestre de 2017 no Codeprev, DNP de Segmento negativa, apurada mensalmente por doze meses consecutivos, tampouco DNP de Segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

5.2.5 Controle de Avaliação de Riscos

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010.

Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

- I - DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou
- II - DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

Definição sintética do cálculo envolvido na apuração da DNP - diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos deduzidas da taxa de referência ou atuarial, definida para cada Plano por segmento ou não.

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

4.2.5.1 Avaliação de Risco – Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela Divergência Não Planejada - DNP é definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para

SEGMENTO	PLANO - CD												REFERÊNCIA : DEZEMBRO/2017		
	Divergência Não Planejada nos últimos 12 meses												Acumulado nos 12 meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17			
Renda Fixa	0,67%	1,51%	0,88%	-0,22%	-1,06%	0,44%	2,07%	1,04%	0,51%	-0,30%	3,73%	0,22%	9,52%	1,24%	14,09%
Renda Variável	3,14%	1,24%	-2,03%	0,29%	-3,88%	0,57%	3,78%	7,70%	3,42%	-1,59%	-4,26%	6,51%	14,92%	3,82%	0,91%
Estruturado	0,39%	0,34%	0,44%	0,42%	0,30%	0,80%	0,21%	0,48%	0,30%	-0,04%	0,14%	-0,08%	3,73%	0,24%	1,29%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PLANO:	0,77%	1,50%	0,77%	-0,19%	-1,30%	0,46%	2,19%	1,54%	0,74%	-0,39%	2,99%	0,48%	9,59%	1,16%	13,69%

REFERÊNCIA: INPC + 3,50% a.a.

Regra I:..... Os Segmentos não apresentaram DNP negativa, apurada mensalmente, por 12 meses consecutivos.

Regra II:..... DNP de Segmento negativa, acumulada nos últimos 36 meses.

Obs:..... No Segmento de RV, para o período de 36 meses não se aplica, dado que não havia recursos alocados nesse período no respectivo ativo.

5.2.6 Operações Coursadas

A tabela, a seguir, explora os procedimentos operacionais da área financeira na gestão da carteira própria, apresentando como ocorreram as operações realizadas envolvendo a Compra e Venda de Títulos Públicos. As operações de arbitragem no decorrer de 2017 agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2017/2021. As operações realizadas consistiram em dar continuidade à concentração em investimentos de papéis mais curtos e de médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prêmios em relação às primeiras.

5.2.8 Acompanhamento Orçamentário

TABELA 22. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS - CD

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	663.217,76	330.436,11	200,71%	6.436.622,67	4.728.609,12	136,12%	6.436.622,67	4.728.609,12	136,12%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	663.217,76	330.436,11	200,71%	6.436.622,67	4.728.609,12	136,12%	6.436.622,67	4.728.609,12	136,12%
RENDA VARIÁVEL	261.296,04	19.126,16	1366,17%	602.624,97	234.107,67	257,41%	602.624,97	234.107,67	257,41%
AÇÕES DE EMISSÃO DE EMPRESAS ABERTAS	261.296,04	19.126,16	1366,17%	602.624,97	234.107,67	257,41%	602.624,97	234.107,67	257,41%
FUNDOS DE AÇÕES	261.296,04	19.126,16	1366,17%	602.624,97	234.107,67	257,41%	602.624,97	234.107,67	257,41%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	2.619,49	110.156,71	2,38%	19.878,66	701.611,79	2,83%	19.878,66	701.611,79	2,83%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	2.619,49	110.156,71	2,38%	19.878,66	701.611,79	2,83%	19.878,66	701.611,79	2,83%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-53.874,95	-64.217,34	83,89%	-788.439,29	-1.024.143,57	76,99%	-788.439,29	-1.024.143,57	76,99%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	873.258,34	395.501,64	220,80%	6.270.687,01	4.640.185,01	135,14%	6.270.687,01	4.640.185,01	135,14%

(i) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.
(ii) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2017 registradas em Valor Orçado aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como Valor Realizado.

O Fluxo dos Investimentos no encerramento do exercício de 2017 fechou com Valor Realizado de R\$ 6.270.687,01 contra o Valor Orçado de R\$ 4.640.185,01, alcançando 135,14% do valor orçado. Contribuíram para este resultado final, as operações de arbitragens realizadas no Segmento de Renda Fixa decorrer do período com Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio, fundamentalmente as NTN-B's, precificadas a "Mercado", responsáveis por gerarem R\$ 6,4 milhões de receita quando o esperado era de R\$ 4,7 milhões, logo, variação de 136,12% do projetado. O custeio administrativo dos investimentos atingiu R\$ 788,4 mil contra a expectativa orçamentária de R\$ 1,0 milhão. No geral o valor realizado encontra-se com 76,99% do valor projetado para 2017.

5.2.9 Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano - Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013:

RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA – ACUMULADA 2017

SEGMENTOS	INVESTIMENTOS	RENTABILIDADE	
		LÍQUIDA	BRUTA
RENDA FIXA	87.117.655,04	16,00%	18,42%
RENDA VARIÁVEL	3.964.871,07	21,52%	23,10%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	101.953,41	9,63%	10,18%
TOTAL	91.184.479,52	16,10%	18,68%



5.3 CONTÁBIL

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2017	2016		2017	2016
DISPONÍVEL	77	1	EXIGÍVEL OPERACIONAL	120	71
REALIZÁVEL	93.389	37.882	Gestão Previdencial	66	33
Gestão Previdencial	2.205	1.100	Investimentos	54	38
Investimentos	91.184	36.782	PATRIMÔNIO SOCIAL	93.346	37.812
Títulos Públicos	87.118	35.083	Patrimônio de Cobertura do Plano	88.245	34.288
Fundos de Investimento	4.067	1.699	Provisões Matemáticas	88.245	34.288
			Benefícios Concedidos	34	37
			Benefícios a Conceder	88.211	34.251
			Fundos	5.101	3.524
			Fundos Previdenciais	5.101	3.524
TOTAL DO ATIVO	93.466	37.883	TOTAL DO PASSIVO	93.466	37.883

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
1. Ativos	93.466	37.883	146,72
Disponível	77	1	6.031,61
Recebível	2.205	1.100	100,48
Investimento	91.184	36.782	147,91
Títulos Públicos	87.118	35.083	148,32
Fundos de Investimento	4.067	1.699	139,32
2. Obrigações	120	71	69,09
Operacional	120	71	69,09
5. Ativo Líquido (1-2)	93.346	37.812	146,87
Provisões Matemáticas	88.245	34.288	157,36
Fundos Previdenciais	5.101	3.524	44,76

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
A) Ativo Líquido - início do exercício	37.812	22.375	68,99
1. Adições	56.022	15.805	254,46
(+) Contribuições	49.751	11.646	327,18
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.271	4.158	50,80
2. Destinações	(487)	(368)	32,53
(-) Benefícios	(62)	(18)	244,06
(-) Custeio Administrativo	(425)	(350)	21,62
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	55.534	15.437	259,74
(+/-) Provisões Matemáticas	53.957	14.086	283,05
(+/-) Fundos Previdenciais	1.577	1.351	16,75
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	93.346	37.812	146,87

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
Provisões Técnicas (1+2+3)	93.466	37.883	146,72
1. Provisões Matemáticas	88.245	34.288	157,36
1.1. Benefícios Concedidos	34	37	(8,00)
Contribuição Definida	34	37	(8,00)
Benefício Definido	34	37	(8,00)
1.2. Benefício a Conceder	88.211	34.251	157,54
Contribuição Definida	88.211	34.251	157,54
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	25.736	16.947	51,86
Saldo de Contas - parcela participantes	62.474	17.304	261,04
3. Fundos	5.101	3.524	44,76
3.1. Fundos Previdenciais	5.101	3.524	44,76
4. Exigível Operacional	120	71	69,09
4.1. Gestão Previdencial	66	33	99,97
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	54	38	42,19

6. Plano de Benefício III Saldado

6.1 INVESTIMENTO

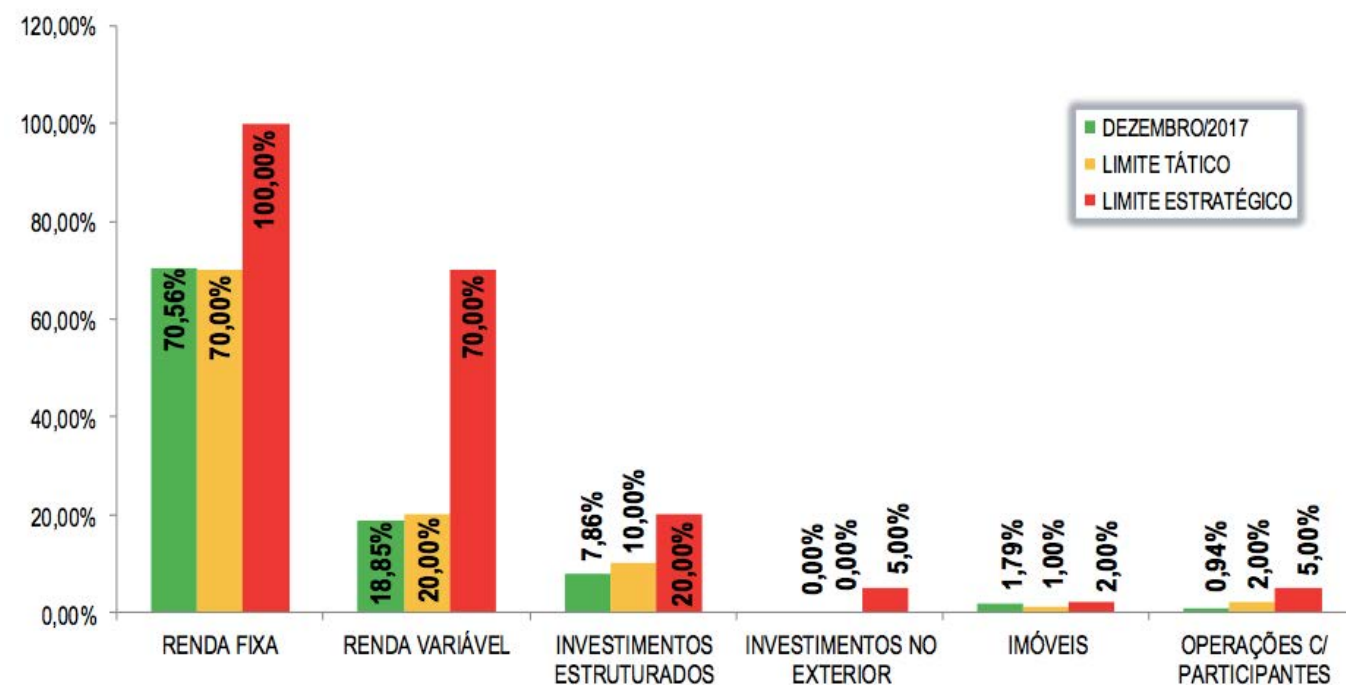
O Plano de Benefício III / Saldado refere-se ao terceiro Plano sob a gestão da Fundação São Francisco, originado a partir da cisão do escopo estratégico do Processo de Saldamento do Plano BD (Plano de Origem) - aprovado pela Portaria Nº 929, de 25 de setembro de 2017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Portanto, os resultados dentro do exercício de 2017 do Plano III/Saldado e o Plano I/BD, são equivalentes.

Cabe ressaltar que na posição de 31/12/2017, os Planos I e III apresentaram resultado deficitário. No entanto, nas demonstrações atuariais do Plano I, consta que o Plano seria reavaliado extraordinariamente na posição de 31/3/2018. Assim o atuário efetuou essa reavaliação do Plano I, que foi estendida também ao Plano III, pois o mesmo surgiu de uma cisão do Plano I. Nessas reavaliações, na posição de 31/3/2018, o Plano III passou de um déficit técnico de R\$ 8,893 milhões para um superávit de R\$ 4,315 milhões.

6.1.1 Enquadramento – Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações C/ Participantes, encontrava-se, no encerramento do 4º Trimestre de 2017, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO



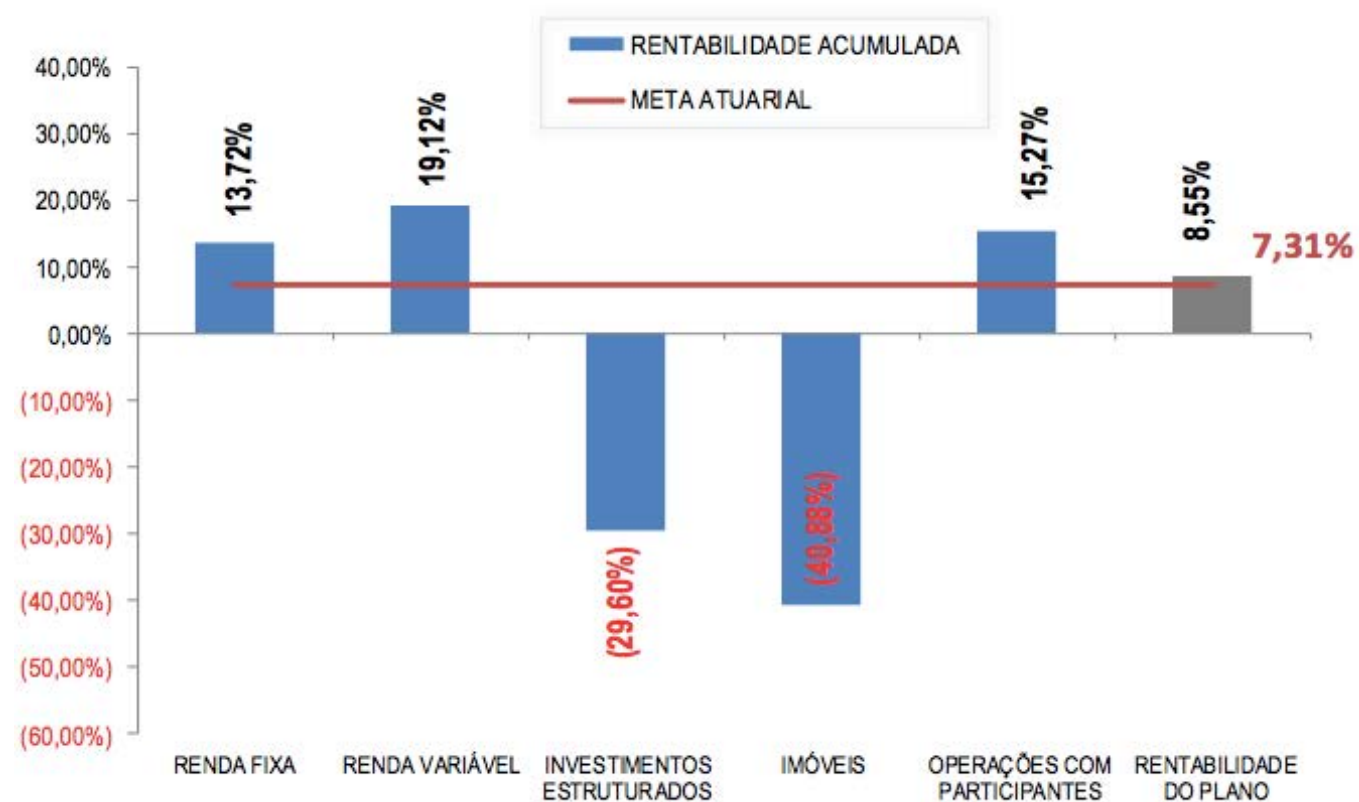
ENQUADRAMENTO LEGAL 2017

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	DEZEMBRO/2017		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN
RENDA FIXA	166.187.040,48	70,56%	70,00%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	44.394.717,95	18,85%	20,00%	70,00%	70,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	18.508.371,27	7,86%	10,00%	20,00%	20,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00%	0,00%	5,00%	10,00%
IMÓVEIS	4.214.057,18	1,79%	1,00%	2,00%	8,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	2.211.510,11	0,94%	2,00%	5,00%	15,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	235.515.696,99	100%			
(+) Disponível - Conta 11	8.100,65				
(-) Exigível de Investimentos	-102.840,05				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	235.420.957,59				

6.1.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal no 4º trimestre de 2017 foi de 3,03%, contra 3,71% alcançada no 3º trimestre de 2017, acumulando no ano desempenho positivo de 8,55%. Descontada a Meta Atuarial registrada no exercício - (INPC+5,26% a.a.), que atingiu 7,31%, o desempenho dos investimentos ficou acima do mínimo atuarial de 1,24 pontos-base, motivada pelo bom desempenho dos Segmentos de Renda Fixa e Variável, os quais compensaram as perdas registradas nos Segmentos de Investimentos Estruturados e Imóveis.

RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO



6.1.3 Detalhamento Por Segmento

6.1.3.1 Renda Fixa

Nesse segmento estão alocados 70,56% do total dos Ativos de Investimentos. A distribuição detalhada dos ativos do plano pode ser verificada na versão completa do Relatório Anual.

6.1.3.2 Renda Variável

Nesse segmento estão alocados 18,85% do total dos Ativos, alta de 1,02 pontos-base se comparado com o trimestre anterior, cuja alocação era de 17,83%.

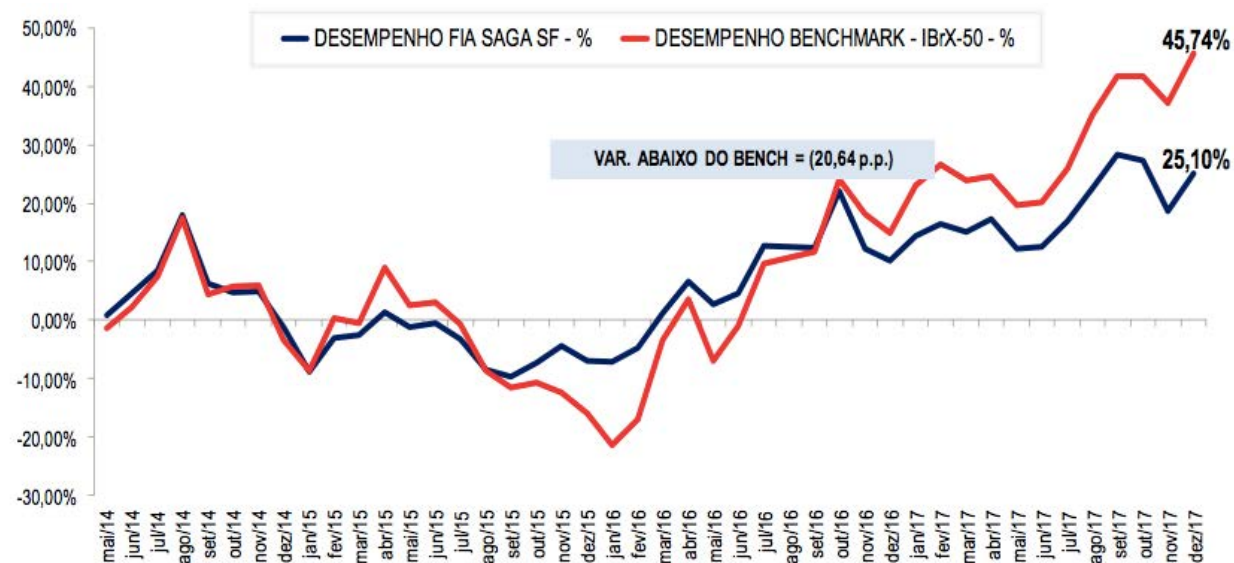
O Segmento encerrou o 4º trimestre de 2017 com 18,79% dos recursos, contra 17,83% em setembro de 2017 - alta de 0,96 ponto percentual, motivado pela valorização 2,78% do mercado acionário no trimestre, medida pelo IBRX-50, com reflexos positivos nos FIA's que constituem o Segmento de Renda Variável da Fundação. Apesar de o resultado trimestral do Segmento encontrar-se abaixo do índice de referência no período considerado, motivado pelos efeitos das incertezas quanto à votação da Reforma Previdenciária criada nos últimos três meses do ano (0,04% contra 2,78%), deve-se afirmar que há eficiência na gestão dos recursos alocados nos fundos.

Nos gráficos abaixo é possível observar o desempenho acumulado dos Fundos que constituem o Segmento de Renda Variável do Plano, tomado desde o início das gestões, desenvolvido pela SAGA-Capital e Mapfre (março de 2014 a dezembro de 2017). A primeira manteve o comportamento prudencial, montando defesas para evitar perdas, caso adviesse alguma notícia surpresa; já a segunda se manteve na postura de acompanhar, com maior aderência, o desempenho do benchmark. É exatamente o mix das posturas dos gestores que reforça a convicção da existência de equilíbrio na composição da carteira.

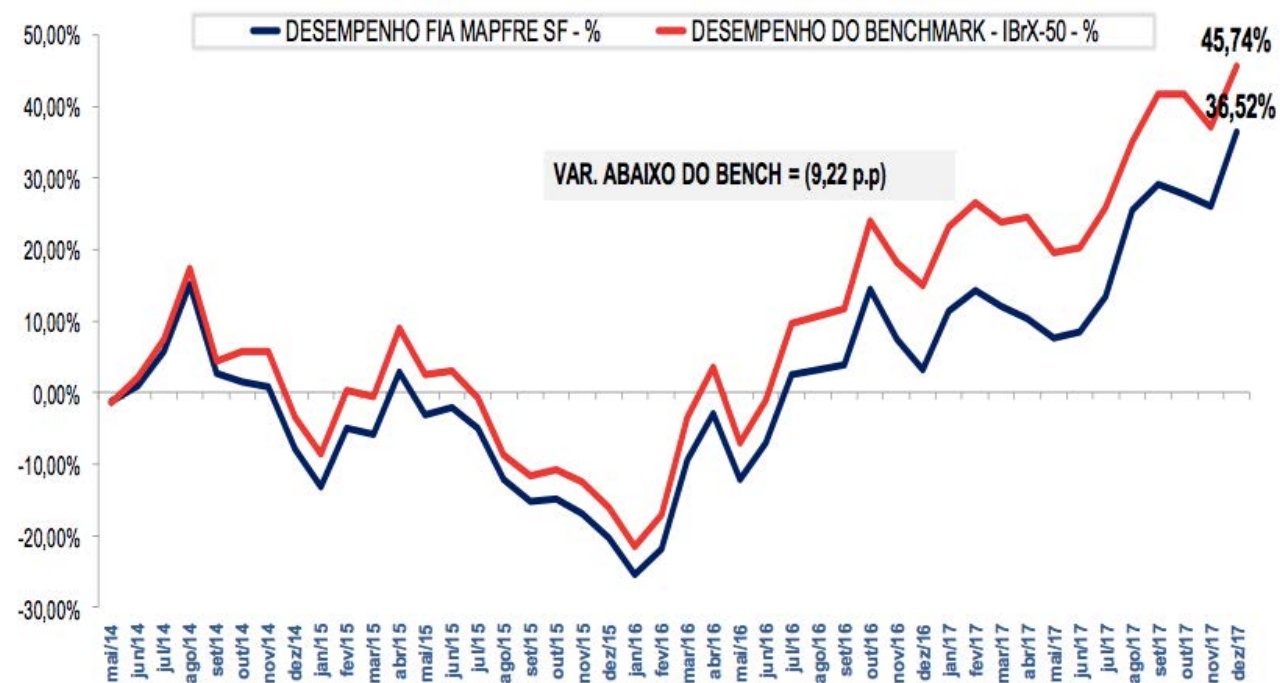
RENTABILIDADE

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	4º TRIMESTRE DE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,77%	4,44%	13,72%	13,72%
RENDA VARIÁVEL	6,32%	0,04%	19,12%	19,12%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	(6,75%)	(6,86%)	(29,60%)	(29,60%)
IMÓVEIS	(0,20%)	18,59%	(40,88%)	(40,88%)
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,93%	3,13%	15,27%	15,27%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,12%	3,03%	8,55%	8,55%
META ATUARIAL	0,61%	1,83%	7,31%	7,31%
DIVERGÊNCIA	0,51%	1,20%	1,24%	1,24%

DESEMPENHO FIA SAGA SF - MAIO/14 À DEZEMBRO DE 2017



DESEMPENHO MAPFRE SF - MAIO/14 À DEZEMBRO DE 2017



6.1.3.3 Investimentos Estruturados

Nesse segmento estão alocados 7,86% do total dos Ativos de Investimentos. Apresentou no 4º trimestre de 2017 queda de 5,61%, contra variação negativa de 0,38% no 3º trimestre. Com este resultado, o Segmento de Investimentos Estruturados acumulou no ano queda de 28,65%, contra meta atuarial 7,31% no mesmo período, imputando divergência negativa de 35,96 pontos-base.

6.1.3.4 Imóveis

Neste Segmento estão alocados 1,79% do total dos Ativos de Investimentos, contra 1,23% registrado no encerramento do exercício de 2016. O incremento de 0,56 pontos-base observado na alocação do ativo prendeu-se a dois fatores: (1) A primeira reversão a favor da Carteira de Imóveis do Plano, como parte das "Garantias Provisionadas" do ativo "Cédula de Crédito Imobiliário - CCI" da M. Brasil Empreendimentos, Marketing e Negócios Ltda, relativa ao processo de recuperação das Garantias constituídas por imóveis na Cidade do Rio de Janeiro - RJ e (2) O processo de avaliação dos "Imóveis Para Renda", com objetivo de atender a legislação vigente. Ademais, a administração da carteira imobiliária até o momento prendia-se exclusivamente a posição já existente, constituída por 56 salas comerciais no Edifício Fernandez Plaza, em Salvador - BA. A definição contida na Política de Investimento do Plano é a de promover a alienação dos imóveis, desde que as condições de mercado assim permitam. O Segmento registrou variação negativa de 18,59% no 4º trimestre, contra 5,80% no 3º trimestre, acumulando no ano variação negativa de 40,88% contra meta atuarial de 7,31%, apresentando no ano uma variação de 48,19 pontos-base abaixo da meta.

6.1.3.5 Operações com Participantes - Empréstimos

Nesse segmento estão alocados 0,94% do total dos Ativos de Investimentos.

Apesar do desempenho dos Planos I/BD e III/Saldado ser equivalente nos Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados e Imóveis, no Segmento de Operações C/Participantes cabe destacar o quesito de "Provisão Para Perda", vis-à-vis a cisão do Plano.

Encerrado o 4º trimestre de 2017, mantém-se a observação quanto à definição de que a "Provisão Para Perda" está relacionada à exigência determinada pela Resolução Nº 8 do CNPC de 2011. Porém, vale ressaltar que a Carteira de Empréstimos melhorou acentuadamente o seu perfil de qualidade frente aos demais ativos, motivada pelo pagamento de parte dos "Contratos Renegociados Após o Saldamento", totalizando 9 (nove) Contratos, no valor total de R\$ 359.659,26. O processo de cisão do Plano aliada às operações de pagamento dos Contratos Renegociados reduziu as "Provisões Para Perda" em 50,43%. Especificamente em relação ao Plano III/Saldado, no encerramento do exercício de 2017, o montante pendente é da ordem de R\$ 1.557.419,69 - tornando-se mais acessível o processo de renegociação com os Participantes.

Em nosso relatório "versão completa" você pode informar-se com mais detalhes sobre a alocação dos ativos do plano nos respectivos segmentos.

6.1.4 Controle de Avaliação de Riscos

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010 - Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

- I- DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou
- II- DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

PLANO III - BS													REFERÊNCIA: DEZEMBRO DE 2017		
SEGMENTO	Divergência Não Planejada Nos Últimos 12 Meses												Acumulado nos 12 Meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17			
Renda Fixa	0,62%	0,55%	0,25%	-0,36%	-0,23%	1,80%	0,96%	-0,36%	0,08%	0,16%	2,25%	0,16%	5,89%	0,82%	6,03%
Renda Variável	-4,51%	1,13%	-1,96%	0,15%	-4,31%	-0,34%	3,97%	5,94%	3,70%	-1,26%	-5,90%	5,71%	11,35%	3,90%	-2,27%
Estruturados	-0,54%	-0,83%	-24,79%	-0,78%	-0,53%	-0,80%	-0,18%	-0,90%	-0,43%	-0,45%	-0,83%	-7,36%	-38,41%	7,07%	-59,34%
Imóveis	-1,05%	-3,76%	-1,28%	-1,11%	-1,11%	-45,15%	-0,53%	-0,99%	-5,45%	-0,83%	18,53%	-0,81%	-43,52%	14,38%	-76,79%
Empréstimos	0,65%	0,39%	0,54%	0,60%	0,90%	0,40%	1,31%	0,27%	0,87%	0,67%	0,29%	0,32%	7,22%	0,31%	25,44%
PLANO	1,08%	0,45%	-2,65%	-0,31%	-0,92%	-0,17%	1,33%	0,63%	0,58%	-0,15%	0,82%	0,51%	1,21%	1,07%	-4,34%

META ATUARIAL INPC + 5,26% a.a.

Regra I :..... Os Segmentos de Imóveis e Estruturados apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II :..... DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmentos de Renda Variável e Estruturados.

As justificativas, bem como as estratégias em relação à DNP dos respectivos segmentos de investimentos, encontram-se na Versão completa do Relatório Anual.

6.1.5 Operações Cursadas no Exercício de 2017

Este tópico explora os procedimentos operacionais da Diretoria de Finanças na gestão da carteira própria, apresentando como se deram as operações realizadas, envolvendo compra e venda de Títulos Públicos. No decorrer do 4º trimestre de 2017, as operações de "Arbitragem" entre vencimentos agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2017/2021.

As poucas operações realizadas no decorrer do 4º trimestre, haja vista o processo de Saldamento Plano, consistiu mais fortemente em concentrar as aplicações em papéis de vencimento mais curtos, com precificações a "Mercado", com objetivo de atender todo o processo de cisão, imputando as mesmas condições de riqueza e valor aos participantes de planos distintos.

Cumprindo a legislação vigente, Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, você pode verificar na versão completa deste relatório a Tabela contendo as Operações Cursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B; NTN/Fe LFT no decorrer do exercício de 2017.

5.1.7 Rentabilidade Bruta X Rentabilidade Líquida do Plano - Instrução Previc Nº 5, de 01.11.2013.

TABELA 33. RENTABILIDADE BRUTA X RENTABILIDADE LÍQUIDA

SEGMENTOS	INVESTIMENTOS	RENTABILIDADE	
		LÍQUIDA	BRUTA
RENDA FIXA	166.187.040,48	13,72%	14,78%
RENDA VARIÁVEL	44.394.717,95	19,12%	20,92%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	18.508.371,27	-29,60%	7,91%
IMÓVEIS	4.214.057,18	-40,88%	-40,88%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.211.510,11	15,27%	15,27%
TOTAL	235.515.696,99	8,55%	13,33%

6.2 CONTÁBIL

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercício	PASSIVO	Exercício
	2017		2017
DISPONÍVEL	17	EXIGÍVEL OPERACIONAL	676
		Gestão Previdencial	573
REALIZÁVEL	284.408	Investimentos	103
Gestão Previdencial	44.587		
Gestão Administrativa	5.656	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	309
Investimentos	234.165	Investimento	309
Títulos Públicos	157.128		
Créditos Privados e Depósitos	6.780	PATRIMÔNIO SOCIAL	283.441
Fundos de Investimento	65.182	Patrimônio de Cobertura do Plano	277.113
Investimentos Imobiliários	4.214	Provisões Matemáticas	286.006
Empréstimos e Financiamentos	654	Benefícios Concedidos	196
Depos. Jud. Recursais	207	Benefícios a Conceder	285.811
		Equilíbrio Técnico	(8.893)
		Resultados Realizados	(8.893)
		(-) Déficit Técnico Acumulado	(8.893)
		Fundos	6.327
		Fundos Administrativos	5.656
		Fundos dos Investimentos	671
TOTAL DO ATIVO	284.426	TOTAL DO PASSIVO	284.426

7. Plano de Gestão Administrativa - PGeA

As Demonstrações Contábeis em sua integralidade podem ser verificadas na versão completa do Relatório Anual.

Fato Relevante 1: Em 30/11/2017 foi efetivada a cisão do Plano I (BD Fechado), dando origem ao Plano III (Saldado), em conformidade com o "Relatório Circunstanciado Para o Saldamento dos Benefícios do Plano de Benefícios I e Criação do Plano Saldado" e com o "Termo de Cisão", que integra o processo administrativo nº 44011.000336/2016-94, tendo o Saldamento sido autorizado pela Portaria Nº 929, de 25/09/2017, da DILIC/PREVIC.



7.1 ADMINISTRAÇÃO

7.1.1 Aspectos Gerais da Gestão

O Plano de Gestão Administrativa - PGA da São Francisco tem por finalidade a prestação de serviços de gestão administrativa, Previdencial e de investimento aos planos de benefícios previdenciais patrocinados pela CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

RECURSOS RECEBIDOS



DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS



As receitas do PGA são compostas exclusivamente por recursos procedentes das fontes definidas em seu Regulamento: taxas de carregamento incidente sobre as contribuições aos Planos I e II, conforme definidas nos respectivos Planos de Custeio; reembolso das despesas com a gestão dos investimentos; taxa de administração de empréstimos a Participantes e remuneração dos recursos do próprio PGA.

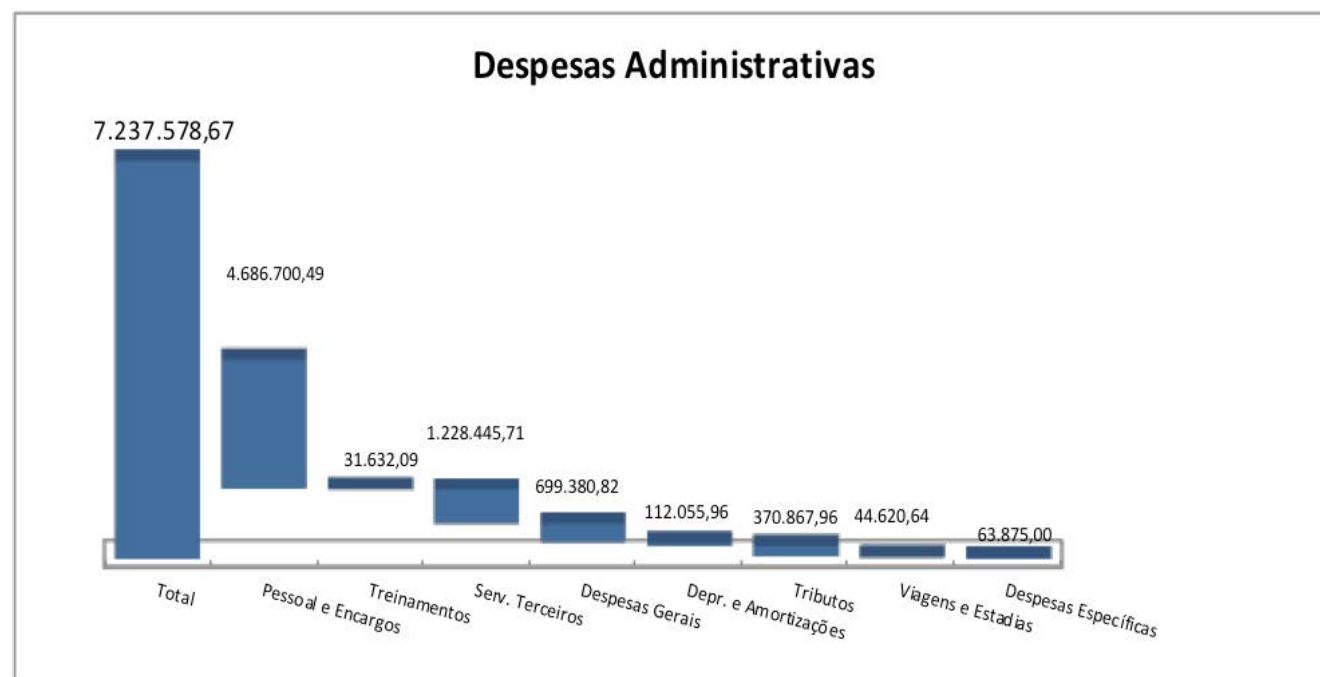
As receitas do PGA são compostas exclusivamente por recursos procedentes das fontes definidas nos Regulamentos dos planos de benefícios, estando definidas como: (i) taxas de carregamento: percentual incidente sobre as contribuições aos Planos I e II, conforme definidas nos respectivos Planos de Custeio. O Plano III por não possuir contribuições normais para a formação de suas reservas, não há custeio incidente; (ii) Valor arrecadado com a aplicação de taxa de administração sobre a concessão de Empréstimos a Participantes; (iii) Cobrança de custeio sobre os investimentos dos planos; e, (iv) remuneração dos recursos do próprio PGA.

Os gastos com a gestão administrativa dos investimentos, objeto de reembolsos ao PGA pelos planos, encontram-se registrados na conta contábil 4.2.2. A sua formação advém da sistemática da aplicação do processo denominado departamentalização funcional e, por definição contida nas diretrizes orçamentárias, há alguns diretamente identificados com a função de gestão dos investimentos e os demais, por rateio dos gastos administrativos. A departamentalização foi estabelecida com base no funcionograma da entidade, e atende a ideia central quanto a identidade das unidades funcionais manipularem processos relativos a gestão administrativa Previdencial e a gestão administrativa de investimentos.

O retorno do Fundo Administrativo é proveniente dos recursos investidos pelo próprio PGA, os quais estão contabilizados no realizável, são ativos negociados no mercado financeiro. Até o momento, os recursos nele existente foram constituídos integralmente pelo Plano I, tendo em vista que a soma dos custeios oriundos do Plano II ainda não permitiu a acumulação de reservas, ou seja, não há sobras entre eles e os gastos incorridos para a sua gestão, dessa forma não há formação de fundos relativos a esse plano.

Merece destacar-se o fato de que o montante de recurso acumulados pelo Plano I sofreu a cisão proporcional, pela aplicação do percentual das reservas apuradas pelo atuário, no processo de Saldamento dos Benefícios desse plano, com a criação do Plano III. Tendo em vista que a data efetiva, como é denominada o início operacional do plano, ficou estabelecido pelo Conselho Deliberativo em 30/11/2017, não há como fazer-se a abordagem anual relativamente ao comportamento do desempenho do seu fundo para com os gastos por ele suportado.

DESPESAS REALIZADAS



7.3 CONTÁBIL

7.3.1 Enquadramento

ENQUADRAMENTO

Valores em R\$ mil

ATIVO	Exercícios		PASSIVO	Exercícios	
	2017	2016		2017	2016
DISPONÍVEL	5	14	EXIGÍVEL OPERACIONAL	516	597
REALIZÁVEL	15.769	15.800	Gestão Administrativa	503	597
Gestão Administrativa	4.147	4.192	Investimentos	13	-
Investimentos	11.622	11.608	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.057	5.057
Títulos Públicos	10.918	10.768	Gestão Administrativa	5.057	5.057
Fundos de Investimento	704	840	PATRIMÔNIO SOCIAL	14.002	13.264
PERMANENTE	3.801	3.104	FUNDOS	14.002	13.264
Imobilizado	3.784	3.080	Fundos Administrativos	14.002	13.264
Diferido	17	25			
TOTAL DO ATIVO	19.575	18.919	TOTAL DO PASSIVO	19.575	18.919

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.264	13.067	1,51
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.975	7.090	12,48
1.1. Receitas	7.975	7.090	12,48
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.867	2.068	(9,70)
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.152	3.194	(1,30)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	28	33	(14,84)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.928	1.796	63,04
2. Despesas Administrativas	7.238	6.893	4,99
2.1. Administração Previdencial	4.086	3.700	10,43
Pessoal e encargos	2.746	2.595	5,82
Treinamentos/congressos e seminários	11	19	(45,43)
Viagens e estadias	27	31	(12,67)
Serviços de terceiros	670	534	25,51
Despesas gerais	338	275	22,86
Depreciações e amortizações	55	57	(3,03)
Tributos	236	187	25,88
Despesas Específicas	4	2	106,67
2.2. Administração dos Investimentos	3.152	3.194	(1,30)
Pessoal e encargos	1.941	1.960	(0,96)
Treinamentos/congressos e seminários	21	10	102,63
Viagens e estadias	18	17	4,50
Serviços de terceiros	559	645	(13,44)
Despesas gerais	362	302	19,72
Depreciações e amortizações	57	56	0,33
Tributos	135	142	(5,12)
Despesas Específicas	60	60	-
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	737	197	274,60
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	737	197	274,60
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	14.002	13.264	5,56

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO I – BD

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.264	13.067	1,51
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.673	6.292	6,06
1.1. Receitas	6.673	6.292	6,06
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.442	1.718	(16,08)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.275	2.745	(17,11)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	28	33	(14,84)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.928	1.796	63,04
2. Despesas Administrativas	5.853	6.095	(3,97)
2.1. Administração Previdencial	3.184	3.055	4,22
Pessoal e encargos	2.198	2.098	4,76
Treinamentos/congressos e seminários	4	18	(76,91)
Viagens e estadias	19	28	(31,74)
Serviços de terceiros	474	424	11,87
Despesas gerais	258	258	(0,11)
Depreciações e amortizações	42	55	(24,15)
Tributos	189	174	8,41
2.2. Administração dos Investimentos	2.669	3.040	(12,20)
Pessoal e encargos	1.634	1.856	(11,97)
Treinamentos/congressos e seminários	17	10	68,45
Viagens e estadias	14	16	(10,93)
Serviços de terceiros	495	620	(20,24)
Despesas gerais	292	291	0,57
Depreciações e amortizações	44	55	(20,22)
Tributos	113	132	(14,22)
Despesas Específicas - TAFIC	60	60	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	820	197	316,55
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	820	197	316,55
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	14.084	13.264	6,18

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO II – CODEPREV

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios		Variação (%)
	2017	2016	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.214	799	51,99
1.1. Receitas	1.214	799	51,99
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	425	350	21,62
Custeio Administrativo dos Investimentos	788	449	75,65
2. Despesas Administrativas	1.214	799	51,99
2.1. Administração Previdencial	819	645	27,05
Pessoal e encargos	493	496	(0,72)
Treinamentos/congressos e seminários	6	2	265,47
Viagens e estadias	8	3	169,91
Serviços de terceiros	180	110	64,20
Despesas gerais	70	16	326,85
Depreciações e amortizações	13	2	502,04
Tributos	44	13	234,49
Despesas Específicas - TAFIC	4	2	106,67
2.2. Administração dos Investimentos	395	154	156,34
Pessoal e encargos	255	104	145,66
Treinamentos/congressos e seminários	4	0	667,60
Viagens e estadias	3	1	167,08
Serviços de terceiros	41	25	62,80
Despesas gerais	60	12	423,16
Depreciações e amortizações	12	2	654,35
Tributos	20	10	88,01

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PLANO DE BENEFÍCIO III – SALDADO

Valores em R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercícios	Variação
	2017	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	88	100,00
1.1. Receitas	88	100,00
Custeio Administrativo dos Investimentos	88	100,00
2. Despesas Administrativas	171	100,00
2.1. Administração Previdencial	83	100,00
Pessoal e encargos	55	100,00
Treinamentos/congressos e seminários	0	100,00
Serviços de terceiros	15	100,00
Despesas gerais	9	100,00
Depreciações e amortizações	0	100,00
Tributos	3	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	88	100,00
Pessoal e encargos	52	100,00
Treinamentos/congressos e seminários	1	100,00
Viagens e estadias	1	100,00
Serviços de terceiros	23	100,00
Despesas gerais	9	100,00
Depreciações e amortizações	0	100,00
Tributos	2	100,00
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	(82,59)	-

7.3.2 Custeio

O quadro abaixo mostra os valores de receitas e despesas do PGA e seu enquadramento legal.

AVALIAÇÃO DO CUSTEIO TOTAL

Custeio Total				
Descrição	Valor	Despesas / Receitas em %	%DESPESA EM RELAÇÃO A RECEITA TOTAL	
Receita	Custeio de Carregamento	1.867	23%	
	Custeio dos Investimentos	3.180	40%	
	Fluxo dos Investimentos - PGA	2.928	37%	
	Total	7.975	100%	
Despesa	Previdencial	4.086	56%	51%
	Investimentos	3.152	44%	40%
	Provisão PIS/CONFINS/CSLL	-	0%	0%
	Total	7.238	100%	90%

VALORES APURADOS DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO	VALORES APROPRIADOS R\$ mil	LIMITES LEGAIS R\$ mil	
		TAXA CARREGAMENTO 9%	TAXA ADMINISTRATIVA 1%
Recursos Garantidores	700.877		7.009
Recursos Previdenciais (Receita+Despesa)	107.098	9.639	
		LIMITES APURADOS %	
Custeio Total	7.975	7,45	1,14
Custeio Arrecadado do Exercício	5.047	4,71	0,72
Custeio Previdencial	1.867		
Custeio Investimento	3.180		
Fluxo dos Investimentos - PGA	2.928		

7.3.3.1.2 Gestão de Investimentos

Os investimentos do Programa de Gestão Administrativa - PGA estão distribuídos da seguinte forma:

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Valores em R\$ mil

Plano de Gestão Administrativa	2017	2016
Investimentos	11.622	11.608
Títulos Públicos	10.918	10.768
A vencimento	0	9.483
A mercado	10.918	1.285
Fundos de Investimento	704	840
Multimercado	704	840

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2017.

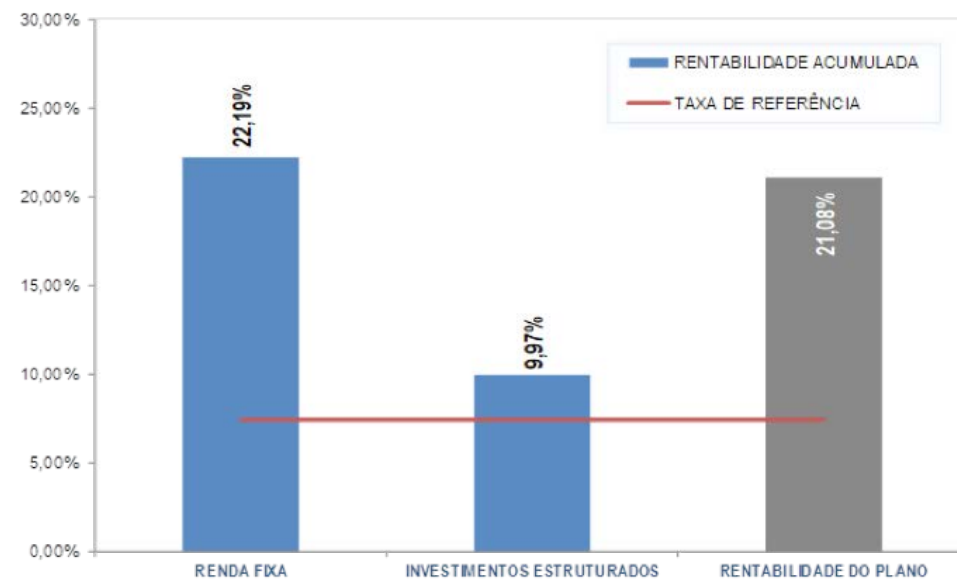
Manoel Geraldo Dayrell
Diretor Superintendente
CPF: 249.313.496-68

Marcos Moreira
Diretor de Benefícios
CPF: 402.955.407-53

Marcos André Prandi
Diretor de Finanças
CPF: 152.433.621-15

Sérgio Luiz Salles
Contador CRC DF – 024117/0-8
CPF: 602.707.721-20

RENTABILIDADE ACUMULADA NO ANO





Relatório Anual *Exercício de 2017*

